

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANTÔNIO FERREIRA MARQUES

**Aspectos diferenciais do processo de desenvolvimento econômico entre
Brasil e Coréia do Sul**

Florianópolis, 2012

ANTÔNIO FERREIRA MARQUES

**Aspectos diferenciais do processo de desenvolvimento econômico entre
Brasil e Coréia do Sul**

Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito obrigatório
para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

Florianópolis, 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota **8,5** ao aluno Antônio Ferreira Marques na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber
Orientador

Profa. Dra. Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Prof. Dr. Marcelo Arend

RESUMO

O propósito desta pesquisa é analisar quais foram as políticas institucionais no Brasil e na Coréia do Sul, pós Segunda Guerra Mundial, tais como as políticas educacionais, salariais, de comercio externo, financeiras e industriais, na busca de entender como cada um desses países chegou a promover a industrialização de forma mais acelerada, comparada ao processo normal. O Brasil, apesar do grande crescimento, não resultou em desenvolvimento e nem melhoria na distribuição da renda, diferente da Coréia do Sul, em que a industrialização contribuiu para o maior desenvolvimento do país, distribuindo renda e gerando maior bem estar social. Com isso, este estudo busca, a partir da literatura existente, compreender o processo de crescimento, partindo da análise pré-políticas institucionais, para as políticas e suas conseqüências para os países.

Palavras-chaves: Políticas Institucionais; Brasil; Coréia do Sul.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1. – Padrões de construção das aptidões	13
Tabela 2. – Planos quinquenais: taxas previstas e efetivas de crescimento do PIBL (%) entre 1962-1966	19
Tabela 3. – Financiamentos e investimentos entre 1959 e 1971	27
Tabela 4. – Políticas industriais e de ciência e tecnologia	35
Tabela 5. – Indicadores do desenvolvimento e recursos humanos na Coreia do Sul entre 1953 e 1994	36
Tabela 6. – Mudança na postura dos trabalhadores coreanos (em %)	38
Figura 7. – Estratégia para recipientes de tecnologia	41
Tabela 8. – Desempenho industrial entre 1979 e 1988: Brasil e Coreia do Sul	42
Tabela 9. – Performance macroeconômica: Brasil e República da Coreia entre 1970 e 1987	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

JK Juscelino Kubitscheck

GV Getúlio Vargas

PIB Produto Interno Bruto

IOE Industrialização Orientada para Exportação

ISI Industrialização por Substituição de Importação

PQD Plano Quinquenal de Desenvolvimento

PND Plano Nacional de Desenvolvimento

BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

IQPS Indústria Química e Pesada

P&D Pesquisa e Desenvolvimento

PIB Produto Interno Bruto

PNB Produto Nacional Bruto

SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito

FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

BACEN Banco Central do Brasil

EUA Estados Unidos da América

FBCF Formação Bruta de Capital Fixo

SUMÁRIO

RESUMO	4
1 INTRODUÇÃO.....	8
1.2 Metodologia.....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3 OS PAÍSES PRÉ-MILAGRE ECONÔMICO.....	15
3.1O Brasil antes de 1968.....	15
3.2 A Coréia do Sul antes de 1972	17
4 OS MILAGRES ECONÔMICOS	21
4.1 O milagre econômico brasileiro (1968-1973)	21
4.1.1 Política Industrial.....	21
4.1.2 Política Educacional	23
4.1.3 Política Financeira	25
4.1.4 Política Salarial.....	28
4.1.5 Política de Exportação	29
4.1.6 Erro do Brasil	30
4.2 O milagre econômico sul-coreano (1972-1976).....	31
4.2.1 Política Industrial.....	32
4.2.2 Política educacional.....	34
4.2.3 Política de financiamento	37
4.2.4 Erro da Coréia.....	38
5 A COMPARAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS	39
5.1 Comparações entre Brasil e Coréia do Sul	39
5.1.1 Política Industrial.....	40
5.1.2 Política Educacional	42
5.1.3 Política Financeira	43
5.1.4 Política Salarial.....	44
5.2 Consequências	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO	53

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca entender os aspectos diferenciais nas políticas institucionais adotadas por Brasil e Coréia do Sul nos seus momentos de maior desenvolvimento econômico. O autor Chang (2004) será utilizado como literatura básica, por colocar que as políticas institucionais se tornam o ponto inicial para o desenvolvimento dos países, por meio de políticas industriais, educacionais, dentre outras, como forma de o país realizar o processo de desenvolvimento econômico.

Para tal, o trabalho procura, no primeiro momento, definir aspectos e características de desenvolvimento econômico do Brasil e Coréia do Sul; Caracterizar o desenvolvimento econômico desses países em seus milagres econômicos; Para, então, apontar as diferenças no processo de desenvolvimento acelerado nesses países.

No primeiro capítulo, procura-se realizar um levantamento político-econômico do Brasil e da Coréia do Sul, antes dos seus “milagres econômicos”, para entender em que posição os países se encontravam e averiguar as políticas que proporcionaram tal avanço. Depois de realizado esse estudo, na busca de caracterizar o desenvolvimento econômico desses países (Brasil entre 1968-1973 e Coréia do Sul entre 1972-1976) e tendo como enfoque as políticas institucionais adotadas por ambas as nações, procura-se apontar as diferenças no processo de desenvolvimento acelerado nesses países e o legado após esse período de crescimento acelerado.

No segundo capítulo, é realizada inicialmente uma fundamentação teórica a respeito do tema “Desenvolvimento Econômico com viés Institucionalista”, buscando em Chang (2004) a literatura básica para início do trabalho.

Após essa fundamentação, no capítulo 3, serão analisadas as pré-condições para o rápido crescimento econômico observado no Brasil e na Coréia do Sul, averiguando principalmente as condições políticas e econômicas encontradas neles, que, embora sem grande aprofundamento, procurar entender como surgiu essa aceleração econômica, no período em questão.

Entendidas as pré-condições do período de grande aceleração no crescimento econômico, o capítulo 4 procura analisar sobre quais bases econômicas e institucionais se deu esse processo, utilizando os trabalhos de Kim (2005) e Canuto (1997) para entender o processo de crescimento acelerado sul-coreano e principalmente Tavares (1982; 1986), Bresser-Pereira (1981; 1985; 1991; 2006; 2012) e Singer (1989), no caso brasileiro.

Com os resultados dessa investigação, essa monografia procura realizar uma análise comparativa entre as experiências brasileiras e sul-coreanas, como forma de entender as semelhanças e as diferenças nesse processo, observando como seguiu as economias desses países, de forma ampla, após esse período.

Após esses estudos o trabalho tem como objetivo apresentar uma conclusão generalista a respeito do que foi discutido, trazendo também questões/inquietações que possam ser analisadas em trabalhos posteriores.

Esse trabalho se justifica no fato do Brasil se encontrar, na atualidade, com uma economia emergente, onde realiza políticas voltadas para a indústria, como forma de incentivar o maior crescimento econômico. Nesse aspecto, observa-se que o Brasil passou por um período nas décadas de 1960 e 1970 com grande aceleração econômica que não resultou em desenvolvimento para o país, muito em função que a partir do Governo de JK se faz uma preferência pelas multinacionais, culminando numa maior concentração de renda (TAVARES, 1986), mas que ao mesmo tempo outro país havia passado por um processo semelhante de desenvolvimento nas mesmas décadas e se tornou um país desenvolvido, como é o caso da Coreia do Sul, que optou pela industrialização via indústria nacional, distribuindo renda (CHANG, 2004).

Dado esse cenário, seria interessante averiguar a partir de políticas institucionais, como se deu em um país uma aceleração econômica sem gerar desenvolvimento futuro (Brasil) e em outro país essa aceleração econômica gerasse o desenvolvimento (Coreia do Sul), além do interesse em verificar via políticas institucionais como ocorre o desenvolvimento econômico, em casos práticos.

1.2 Metodologia

Esse estudo utiliza como base as instituições, as quais Chang (2004) apresenta como essência para um processo de desenvolvimento econômico. Utilizando o auxílio do método indutivo, procura-se analisar as peculiares de cada país para que se chegue a um denominador comum, pois, como colocado por Bocchi (2004), acumulando experiências, observações do fato ocorrido, é possível fazer comparações para que possua conclusões gerais. Para tanto, utiliza-se também a contextualização histórica de cada país no período analisado, bem como políticas adotadas para a realização dos seus respectivos “milagres econômicos”.

Em um segundo momento será utilizado o método analítico, levantando dados referentes ao período de maior crescimento econômico dos países estudados, pois como explicado por Bocchi (2004), “o método analítico-indutivo tem que ser acompanhado de outros métodos, a fim de dar especificações concretas ao objeto investigado”, que seria o processo de desenvolvimento em períodos pré-determinados.

Após o levantamento inicial dos dados investigados e a elaboração analítica de tais dados, será utilizado o método indutivo. Com isso, o projeto será desenvolvido inicialmente por meio de uma revisão da literatura sobre o tema, buscando coletar referências bibliográficas sobre o assunto específico, como fatores históricos dos períodos analisados para caráter de comparação e contextualização. Feita esta primeira parte, será realizado um estudo documental direcionado para as políticas institucionais adotadas por Brasil e Coréia do Sul, apontando os aspectos diferenciais do desenvolvimento econômico desses países, destacando as diferenças encontradas nas políticas adotadas no processo de maior aceleração econômica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de desenvolvimento deste trabalho se orienta pela ideia de que as instituições fazem com que possa existir um crescimento econômico que leve ao desenvolvimento, por meio de um projeto nacional de país, como bem explanado por Pereira (2007).

Assim, defende-se nesta pesquisa que as instituições são fatores importantes para que as economias atrasadas façam o *catching up*, em que o Governo Central, junto com setores estratégicos da sociedade, possa contribuir para o desenvolvimento nacional.

Chang (2004) corrobora com essa visão, colocando que são necessárias instituições sólidas que tenham uma visão de desenvolvimento nacional, em que apliquem políticas que orientem o processo de desenvolvimento, como também sejam parceiras nesse processo. Para isso, seria necessário um comprometimento da sociedade como um todo, para que fosse possível efetuar esse salto. Deste modo, as instituições nacionais direcionam da melhor forma o país para o desenvolvimento, criando condições e principalmente planejando para onde deveria seguir a economia. O Estado, dessa forma, utilizando do seu poder de controle e orientação, poderia, por meio de políticas educacionais e industriais, orientar, de forma mais significativa, para onde quer que o país caminhe. Assim, colocando como prioridades investimentos em P&D; como educação em geral (porém direcionada para os interesses da nação); como incentivos à indústria nacional, criando condições para inovações industriais; como políticas de exportação e salarial; bem como utilizar outros mecanismos que beneficiem o desenvolvimento nacional. Mas, para isso seria necessária uma burocracia eficiente e limpa.

Como colocado por Hobsbawm (1994), o processo de crescimento econômico está orientado por políticas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), que fazem se inserir em mercados mais complexos, criando mais condições de desenvolvimento.

Polanyi (2000) coloca que o mercado não seria uma instituição que funciona dentro de uma economia, mas funciona fora, atuando na esfera social e institucional das diversas economias. Assim, em economias como as que estão em estudo, seriam necessárias instituições “dentro dessas economias” para assim melhor orientar o funcionamento desse mercado, para que este funcione de acordo com as orientações das instituições internas, utilizando o mercado que seria uma instituição fora da economia, como meio de desenvolvimento e participação de forma ativa do comércio internacional.

Para que essas instituições funcionem, é necessário que haja uma burocracia que melhor gerencie sua funcionalidade, promovendo o desenvolvimento. Essas instituições têm que ser voltadas no sentido de dar condições ao desenvolvimento e ser eficiente nesse processo, fazendo-se necessário que haja intervenções do Estado para que este crie instituições, as quais direcionariam o processo de aprendizado local das empresas, resultando num melhor conhecimento dos outros setores da economia. Como demonstrado por Kim (2005, p. 326):

Ele exige um efetivo sistema nacional de inovações, ao lado de um processo interativo e, portanto, socialmente incorporado, de um complexo de instituições formais e informais nos contextos circunstanciais e culturais de um Estado-nação. Tal sistema exige uma variedade de programas públicos bem equilibrados, capazes de criar um ambiente econômico propício à entrada sem obstáculos de tecnologias estrangeiras redutoras dos custos de aprendizado tecnológico e suficientemente competitivas para forçar as empresas a acelerarem esse aprendizado. Esse sistema também deve dar origem a uma interação produtiva não somente entre os programas do governo e o setor privado, mas também entre fornecedores e compradores.

O Estado acaba exercendo um papel importante no processo de desenvolvimento, por meio da criação de novas instituições, com caráter de averiguar o andamento dos projetos nacionais, aumentando assim a importância do Estado, além de exigir maior eficiência e agilidade, como observado por Ianni (1974).

Kim (2005) ressalta que mesmo que haja um governo competente, com tecnocratas eficientes que busquem a industrialização do país, como forma de desenvolver a nação, ele sozinho não conseguirá fazê-lo. Como observado em processos de *catching-up*, que, por mais que consigam copiar políticas bem sucedidas de crescimento acelerado, acabam obtendo pouco progresso técnico, devido à insuficiência de empresários e de mão de obra qualificada, que não conseguem cumprir as metas econômicas estabelecidas.

Esse processo é dado nas economias “atrasadas”, como o caso do Brasil e da Coréia do Sul (dos anos de 1960 e 1970), com problemas institucionais que fazem com que o processo possa não ocorrer do modo esperado e essas dificuldades de inserção “tardia” faz com que as firmas tenham que adotar estratégias agressivas, como forma de reduzir os hiatos de aprendizado em relação aos países centrais, como coloca Canuto (1994).

O processo de *catching-up* se dá por meio de sistemas de inovação, o qual depende de um forte investimento em educação, de maneira direcionada, fazendo do Governo o principal incentivador. A tabela 1 demonstra como se dá um processo de *catching-up* tecnológico. Pereira (1998) aponta que o Estado necessita também que haja uma estrutura interna que

possa melhor organizar suas atividades, com isso a tecnocracia¹ seria a forma que os países, em processo de *catching-up*, encontraram para realizar essas atividades. No entanto, esse processo pode culminar em um subdesenvolvimento industrializado, em que existe uma estrutura industrial dinâmica, mas que coexiste com uma sociedade estratificada, com um setor consumidor altamente dinâmico e outro que vive do subconsumo; característico de sociedades latino-americanas que passaram por esse processo de industrialização acelerada.

TABELA 1: PADRÕES DE CONSTRUÇÃO DAS APETIDÕES TECNOLÓGICAS

Fases do aprendizado	Estágio inicial	Segundo estágio	Terceiro estágio	Quarto estágio
Preparação	Atração de pessoal experiente, domínio da literatura, viagens de observação	Domínio da literatura, viagens de observação, pessoal estrangeiro	Domínio da literatura, viagens de observação	Atração de pesquisadores, domínio da literatura
Aquisição	Transferência de pacotes tecnológicos, pessoal estrangeiro	Transferência de tecnologias isoladas	Transferência de tecnologias isoladas	Aquisição por meio da pesquisa, P&D no exterior, expatriados
Assimilação	Aprendizado pela prática	Aprendizado pela prática	Aprendizado pela prática	Aprendizado pela pesquisa
Aperfeiçoamento/aptidão	Aprendizado pela prática	Aprendizado pela prática	Aprendizado pela prática	Aprendizado pela pesquisa

Fonte: Kim (2005, p. 313).

Por outro lado, existe a industrialização que acaba levando o país a um processo tecnológico avançado que, ao utilizar dos aparatos mais avançados de *catching-up*, tornam o país, até então subdesenvolvido, com uma industrialização incipiente e de baixo coeficiente tecnológico, em economias de ponta, como o caso de alguns países da Ásia (KIM, 2005).

Pereira (1987) aponta, ainda, que embora o modelo de subdesenvolvimento industrializado seja definido por taxas de crescimentos econômicas elevadas, acompanhadas por salários com ganhos abaixo da produtividade, não foi de exclusividade deste processo, também se encontrando nas fases iniciais de industrialização das economias centrais. Mas que ao contrário dos países periféricos, os ganhos provenientes da produtividade eram destinados ao investimento em bens de capital, já nesses países seria destinado ao consumo de tecnocratas e burguesia. Assim, os países centrais elevaram sua taxa de acumulação de capital, gerando desenvolvimento e nos países periféricos a continuação do *status quo*.

Bacha (1976) aponta que em uma economia capitalista moderna é institucionalizado que a taxa de investimento é determinada pelo ritmo das inovações, que constituem novas

¹A tecnocracia, definida como classe porque se constitui em um imenso e crescente grupo social que se caracteriza pelas relações de produção específicas em que está inserida, apropria-se de ordenados crescentes. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 69).

técnicas, produtos e mercados, onde a grande empresa assume o papel de principal agente inovador básico, substituindo o “empresário dinâmico” da teoria schumpeteriana; demonstrando o papel desse ganho de produtividade para investir em novas fronteiras tecnológicas.

Com isso, podem-se buscar maneiras de entender as instituições que orientaram o processo de desenvolvimento, tanto do Brasil como na Coréia do Sul, e se existiram nesses países instituições boas e, como foram orientados os planejamentos dessas instituições. O trabalho procurará atentar para indicadores educacionais, investimento na indústria, participação do capital estrangeiro, investimento em P&D, dentre outros indicadores para a melhor análise do processo de desenvolvimento.

3 OS PAÍSES PRÉ-MILAGRE ECONÔMICO

3.10 Brasil antes de 1968

O Brasil era um país com uma economia basicamente agroexportadora, que dependia principalmente da exportação de café, dentre outros produtos agrícolas. Possuía baixos índices educacionais e sociais e passou por uma crise econômica e política interna séria, a qual depois da segunda guerra mundial oscilava em períodos de altos crescimentos e depressões econômicas, dado a dependência da exportação de produtos primários para economias da Europa ocidental e Estados Unidos, como observado em Abreu (1990).

Com a ascensão do militares em 1964, passou a delinear na economia brasileira um projeto de desenvolvimento, o qual, assentado na internalização da produção industrial, orientado pela produção de bens de produção e da indústria pesada por empresas estrangeiras e por empresas no setor diferenciado e dinâmico, como de bens de consumo capitalista. Devido ao interesse de enraizar os setores mais modernos no país, como diminuir a influência dos produtos primários no produto nacional, fez com que fosse realizado um projeto de industrialização, como abordado por Tavares (1986).

No entanto, tal processo teve início com a Revolução de 1930², em que se buscava a maior participação da indústria na economia brasileira, devido à crise do Café e a insuficiência de possuir uma economia baseada em um único produto. Com isso, Getúlio Vargas assume o poder com o objetivo de industrializar o Brasil, tentando enraizar o sistema produtivo industrial. Esse processo foi realizado de forma a incentivar o surgimento da indústria nacional (às vezes sendo estas empresas estatais), no entanto, o objetivo era a criação de um forte capital nacional e privado, por meio do auxílio estatal.

Após a segunda guerra mundial, segundo Baer (1985), o Brasil, por meio da necessidade proveniente da diminuição da participação nas exportações dos seus principais produtos, além do aumento das importações principalmente provenientes dos EUA, procurou maneiras de reverter esse processo, dando início ao processo de substituição de importação.

A ideia de criação do capital nacional foi abandonada com a consolidação da estratégia da rápida incorporação da matriz produtiva, introduzindo as multinacionais, ficando

² Para melhor compreender a Revolução de 1930 e as condições econômicas do período pré-revolucionário ler Abreu (1990).

para o capital nacional o papel complementar e auxiliar nesse processo. O governo de Juscelino Kubitschek foi o marco dessa mudança. A instrução 113³ da SUMOC foi um importante mecanismo para que pudessem importar bens de capital para consolidar a implementação da indústria de bens de consumo, uma vez que facilitava a entrada de capitais estrangeiros para investimento direto, aproveitando o bom cenário externo para esse tipo de investimento (CAPUTO & MELO, 2009).

A indústria que estava sendo implementada com auxílio do Governo era de origem estrangeira e necessitava expandir seus capitais para outros países, assim as empresas multinacionais com alto teor tecnológico, a fim de atingir outros mercados, encontraram no Brasil e em outros países a oportunidade de sua instalação. No entanto, o caso brasileiro apresenta-se em um formato de oligopólio⁴, em que as primeiras empresas que se instalaram tiveram privilégios na sua implementação e na consolidação de plantas produtivas. Outro ponto importante foi que após essa consolidação, a introdução da lei do similar nacional⁵ possibilitou a essas empresas verticalizarem a produção e reduzirem a concorrência dos produtos importados, contando também com câmbio favorável que impossibilitava a entrada de produtos importados e com preços competitivos, favorecendo assim as empresas previamente estabelecidas no país, gerando os oligopólios dentro do Brasil; criando assim os oligopólios no país (TAVARES, 1974).

As reformas de base, como a reforma financeira que culminou com a extinção da SUMOC⁶ e a criação do Banco Central do Brasil, fortaleceu o controle e deu mais confiança ao setor financeiro: a reforma tributária que visava uma maior racionalização dos tributos, extinção da lei da Usura, reforma trabalhista que possibilitava a formação de uma poupança forçada por parte das empresas, para investimentos em habitação e infraestrutura; a reforma agrária, por outro lado, a qual seria importante nesse contexto não aconteceu devido a grande importância do setor agroexportador na política do país, além da impossibilidade de mexer em um setor muito organizado (TAVARES, 1974 e BRESSER-PEREIRA, 1981).

³ Para melhor entender a instrução 113 da SUMOC, ler (CAPUTO, A.C. & MELO, H.P. 2009).

⁴ Oligopólio: é o controle feito por um grupo de empresas que determina a oferta de produtos e/ou serviços, que normalmente impede que outras empresas entrem no mercado, dado a sua estrutura e verticalização produtiva, no caso brasileiro.

⁵ Lei do Similar nacional, para melhor entender, ler (BAER, 1985).

⁶ SUMOC: exercia o controle monetário, tinha a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas de redesconto e dar assistência financeira de liquidez, bem como juros sobre depósitos bancários. Supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o país junto a organismos internacionais.

Para que se pudesse criar condições em que as indústrias utilizassem pessoas qualificadas, a partir do segundo governo de Getúlio Vargas foi criado o SENAI e o SENAC⁷, como forma de melhor preparar a mão de obra para atuar na indústria e no comércio, como forma de melhorar a qualificação e atender as demandas das empresas que atuavam nesses setores, além de, como coloca Baer (1985), promover outros incentivos como câmbio favorável e juros a taxas mais atrativas.

De 1930 a 1964 houve uma disputa entre a preferência pelo desenvolvimento por meio do capital nacional e o desenvolvimento com a participação das grandes empresas capitalistas estrangeiras e a partir de 1964 a grande indústria capitalista assume o papel principal do desenvolvimento brasileiro, conforme apresenta Pereira (1998, p. 75):

No modelo de substituição de importações, a tecnologia industrial era simples e trabalho-intensiva, e as empresas eram relativamente pequenas (atividades sem grandes economias de escala). No modelo de subdesenvolvimento industrializado, a tecnologia é complexa e capital-intensiva, e as empresas são muito maiores.

Pode-se considerar que entre 1955 e 1980 ocorreu no Brasil o período de implementação/consolidação/expansão dos setores da indústria pesada, gerando grande transformação quantitativa e qualitativa na estrutura econômica, injetando capital, tecnologia e investimento tanto público quanto privado, mas que acarretou em um processo posterior em endividamento/hiperinflação/estagnação econômica, dado a opção pelo modelo internacionalizado do capital empregado, com forte endividamento externo e interno, além do investimento estrangeiro direto, norteando a industrialização brasileira (CANUTO, 1994).

3.2 A Coréia do Sul antes de 1972

A Coréia do Sul era um país que baseava sua economia na agricultura de subsistência, com baixo índice de escolaridade e sociais, que passou por uma colonização nipônica e que após segunda guerra mundial passou por uma divisão (CANUTO, 1994).

Segundo Kim (2005), com o governo de Park Chung Hee, a Coréia do Sul começou a tomar um novo rumo, voltando seus esforços para a industrialização, com foco exportador. Para isso, o governo de Park centralizou o poder, participando diretamente das decisões referente à economia e a política do país, chamando jovens eficientes para composição de

⁷ SENAC: Serviço Nacional de Aprendizado Comercial; SENAI: Serviço Nacional de Aprendizado Industrial.

pastas ministeriais voltadas para o desenvolvimento, além de utilizar do prestígio que era ser um funcionário público para recrutar por meio de concursos os melhores alunos das universidades.

Após a segunda guerra mundial a Coreia do Sul passou por uma reforma agrária, a qual contribuiu para reduzir o poder dos latifundiários, em 1965 realizou uma reforma financeira, elevando os juros, estatizando os bancos, além de dar grandes poderes ao Estado. E com isso, criou bases para instalação de investimentos e implementação da indústria, com apoio e direcionamento do Estado (ALDRIGHI, 1997).

O Japão teve um papel importante nesse período, pois foi por meio dos conhecimentos adquiridos dos sul-coreanos pelos japoneses de capitalismo, que contribuiu para a forma com que os coreanos iniciassem o processo de desenvolvimento, por meio dos conhecimentos da língua japonesa por parte significativa da população coreana e devido a muitos dirigentes terem estudado em universidades japonesas ou terem tido aula com japoneses na própria Coreia do Sul (KIM, 2005); fato que propiciou o maior contato com a cultura e experiência nipônica.

Com a estatização dos bancos, o Estado direcionou os financiamentos e deu suporte para a criação dos *Chaebols*⁸, como também seu fortalecimento. No entanto, para que continuassem a receber incentivos do governo, tais conglomerados tinham que atingir metas ambiciosas que eram delineadas pelos dirigentes das empresas em conjunto com o Estado e demais grupos de empresas. Aqueles *Chaebols* que não atingiam essas metas, não recebiam mais verbas e ficavam de fora de outros incentivos, além de perder contratos, sendo destinado o controle dessas companhias a administrações mais eficientes. Por outro lado, como explica Kim (2005) aqueles *Chaebols* que tivessem superado as metas recebiam mais apoio do governo, além de novas concessões para outras áreas.

Durante esse período muitos *Chaebols* foram criados e dissolvidos pelo fator concorrencial criado pelo Governo. Um dos mecanismos foi à criação de crises sistêmicas a fim de gerar sistemas inovativos de criação, visando a concorrência internacional, já que grande parte dessas companhias era direcionada à exportação, por meio da Industrialização Orientada a Exportação (KIM, 2005).

O governo Park, visando o crescimento, por meio de sua equipe, iniciou os Planos quinquenais de desenvolvimento, pensando no desenvolvimento nacional sul-coreano como forma de tirar a Coreia do Sul do subdesenvolvimento, além de dar melhores condições para

⁸ Chaebols: é o termo coreano que define um conglomerado de empresas em torno de uma empresa-mãe, normalmente controlada por famílias, tais como a Samsung e Hyundai.

competir internacionalmente com seus produtos, como pode ser visto na tabela 2, que demonstra as metas e as realizações naquele período.

Essa rápida aceleração gerou problemas, como crises na indústria, além de uma grande crise no aprendizado tecnológico, causando forte dependência externa de tecnologia, gerando crises de instalação e operação das fábricas, bem como dificuldades administrativas. No entanto, possibilitou às empresas, como explicado por Kim (2005), que viram nisso uma oportunidade para o crescimento e fortalecimento das suas indústrias.

O Estado fazia sua parte controlando movimentos sindicais, utilizando o serviço secreto para investigar líderes sindicais, inibindo possíveis greves, montando um ambiente hostil para quem não seguisse as diretrizes, assim tornando os trabalhadores submissos ao objetivo maior, que seria a paz industrial, como forma de maior aceleração da industrialização, durando essas medidas até o final da década de 1980 (KIM, 2005).

Kim, (p.61, 2005) afirma que: “o governo foi responsável não somente pela formulação de políticas, mas também pelas técnicas de sua implementação [...]”, demonstrando a importância do dirigismo estatal na implementação e consolidação industrial sul-coreana.

TABELA 2: PLANOS QUINQUENAIS E TAXAS PREVISTAS E EFETIVAS DE CRESCIMENTO DO PIB (%) (ENTRE 1962-1986)

	1962	1963	1964	1965	1966	Média
Primeiro PQDE	5.7	6.4	7.3	7.8	8.3	7.1
Revisão do primeiro PQDE	2.8	4.4	5.0	5.0	5.0	4.8
Efetiva	2.2	9.1	9.6	5.8	12.7	9.3
	1967	1968	1969	1970	1971	Média
Segundo PQDE	7.0	7.0	7.0	7.0	7.0	7.0
Efetiva	6.6	11.3	13.8	7.6	9.4	10.5
	1972	1973	1974	1975	1976	Média
Terceiro PQDE	9.0	8.5	8.5	8.5	8.5	8.6
Efetiva	5.8	14.9	8.0	7.1	13.6	11.2
	1977	1978	1979	1989	1981	Média
Quarto PQDE	10.0	9.0	9.0	9.0	9.0	9.2
Efetiva	10.3	11.6	6.4	-6.2	6.6	4.3
	1982	1983	1984	1985	1986	Média
Quinto PQDE	8.0	7.5	7.5	7.5	7.5	7.6
Revisão do primeiro PQDE	5.6	9.3	7.5	7.5	7.5	8.0
Efetiva	7.2	12.6	9.3	7.0	12.9	10.4

Fonte: Kuznets (1990, p. 670).

As indústrias de siderurgia, petroquímica, eletrônica, de construção naval, de maquinaria pesada e de metais não ferrosos foram criados por meio da promoção dos IQPS. Em quinze anos a razão do valor da indústria leve em relação à indústria química e pesada caiu de quatro para um. Velocidade essa muito superior a do Japão que levou vinte e cinco anos e aos EUA que levaram 50 anos para atingir tal proporção. Tal rapidez se deu em função das necessidades militares sul-coreanas, elevando a dívida externa de U\$ 2,2 bilhões em 1970 para U\$ 27,1 bilhões em 1980, causando um aumento inflacionário, dos salários acima da produtividade além do aumento do poder econômico dos *Chaebols*, que se encontravam nesse ramo industrial (KIM, 2005).

Após os primeiros anos do governo de Park, a economia sul-coreana era baseada na indústria leve, intensiva em mão de obra, mas com os incentivos do governo direcionou a indústria mais rapidamente para a indústria pesada intensiva em tecnologia. Isso se deu em função da mudança de estratégia do governo NIKON dos EUA, que resolveram tirar suas tropas da Coreia. A partir disso, o governo coreano buscou a autonomia na defesa nacional, incentivando a indústria com um viés mais bélico. A indústria química e pesada foram as escolhidas para integrar um programa do governo para o aceleração industrial. Desta forma, cerca de U\$ 12,5 bilhões, 75% dos investimentos industriais entre 1973-1979, foram destinados a IQPS, como afirma Kim (2005).

4 OS MILAGRES ECONÔMICOS

4.1 O milagre econômico brasileiro (1968-1973)

A partir do segundo governo militar, sob o comando da economia pelo Delfin Neto, é criado um plano com intuito de desenvolver o país, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que seria a saída para o crescimento econômico no longo prazo, havendo, nesse período, um crescimento médio do PIB na ordem de 11,16% a.a.⁹. Com investimentos na ordem de 19% do PIB, apoiado pelo capital estrangeiro, com o objetivo de consolidar a malha industrial no Brasil, o setor financeiro brasileiro também foi beneficiado, por meio da reforma financeira possibilitou a criação de conglomerados financeiros, a fim de serem incentivadores da industrialização (PRADO & EARP, 2003).

4.1.1 Política Industrial

O Brasil desenvolveu esse plano com o objetivo de legitimar o regime militar e implementar as indústrias mais avançadas tecnologicamente (exemplo: indústria de bases e metal-mecânica, além de investimentos em energia e transporte) no país. Com isso, as áreas mais avançadas, tecnologicamente, foram objeto de interesse por parte do governo, o qual optou pela implementação de indústrias com tecnologia avançada do exterior, o capital estrangeiro, sendo o principal impulsionador da indústria brasileira. Com isso, ficou a cargo do governo a construção de uma infraestrutura adequada para esse capital pudesse se expandir, além de garantias financeiras para sua implementação/expansão. Deste modo, o governo acaba dando importância para o ramo industrial que daria suporte para essas empresas multinacionais (PRADO & EARP, 2003).

Nesse contexto, os setores que mais contribuíram para o crescimento foram os setores de bens de capital com 18,1%, bens de consumo durável com 23,6%, os gêneros mecânica, comunicação e material elétrico com 17,1%, 15,8% e 21,2%, respectivamente, entre os anos de 1968-73 (LAGO, 1990).

⁹ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Desta maneira, a estratégia seria a implementação das multinacionais, consolidando em terras brasileiras a indústria mais avançada tecnologicamente, fazendo com que fossem criados no Brasil polos de P&D, ajudando o Brasil a se aproximar dos países centrais em tecnologia e cabendo ao capital nacional o papel de auxiliar nesse processo, tanto dando infraestrutura como fornecendo matérias-primas e equipamentos com baixo teor tecnológico. No entanto, as multinacionais que se instalaram, não trouxeram seus polos de P&D, ficando somente no Brasil suas linhas de montagem, reproduzindo os produtos já desenvolvidos em suas matrizes (MANTEGA, 1979).

As multinacionais exerceram um importante papel na industrialização brasileira, ficando a cargo do investimento dessas empresas (estadunidenses e europeias) o papel de consolidar o setor produtivo brasileiro, por meio da construção de filiais e subsidiárias, implementando polos produtivos e possíveis núcleos de desenvolvimento tecnológico, para criar o *approach* tecnológico em relação aos países centrais (PEREIRA, 19985).

No entanto, o governo brasileiro não possuía uma estratégia clara de incentivos ao desenvolvimento tecnológico, somente oferecia isenções e incentivos fiscais para a implementação da indústria estrangeira, sem exigir uma contrapartida em investimento em P&D, impossibilitando a criação de novas tecnologias no país, contribuindo com isso para a ausência de uma indústria nacional forte, elevando ainda mais o grau de dependência em relação ao capital e tecnologia estrangeira (PRADO & EARP, 2003).

Assim, a industrialização, nesse período, foi realizada por meio das multinacionais nos setores mais modernos da indústria, não encontrando oposição do capital nacional que se juntava ou era incorporado por dessas empresas, havendo assim, um processo harmônico na consolidação da indústria no Brasil e enraizando nesse período uma indústria dinâmica, com tecnologia de ponta, mas que era gerada nos países centrais, reproduzindo estas no Brasil por meio de suas filiais e subsidiárias, não enraizando a tecnologia e muito menos os meios para geração de tecnologia por meio das centras de P&D das empresas (PRADO & EARP, 2003).

O que possibilitou também a rápida expansão econômica foi a grande capacidade de produção que se encontrava em 1967 em 76%, mas com o rápido crescimento produtivo chegou em 1971 a 93% e em 1972-73 a 100%, dado que o crescimento da FBCF não foi tão alto como deveria ser nesse período, apesar de ter alcançado as metas estipuladas pelos PND, onde passou de 16,2% em 1967 para 20,5% em 1971-1973 (LAGO, 1990).

A economia brasileira nesse período passa a ter forma de economia industrial, deixando de ser basicamente primário-exportadora. Nesse período ocorre também o esgotamento do processo de substituição de importações, começando a diversificar as

exportações com produtos manufaturados, sendo verificado um aprofundamento dos setores indústrias já instalados que até então eram incipientes na economia (MANTEGA, 1979).

4.1.2 Política Educacional

Segundo Romanelli (1978), o governo, verificando que a demanda por educação estava crescendo e necessitava ter capital humano para exercer as novas funções que estavam aparecendo com o desenvolvimento que passava o país, com a industrialização, se viu com pouca estrutura para executar tamanha missão, assim procurou ajuda internacional para melhor treinar e preparar os profissionais da educação visando às necessidades educacionais que estavam sendo postas.

Com a percepção do aumento da demanda por profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho, dada a industrialização em curso. O governo brasileiro buscou parceiros para financiar esse projeto, como melhor preparar os profissionais que atuariam nessa área, deste modo, o Ministério da Educação (MEC) fez um acordo com a *Agency for International Development* (AID), cujo objetivo era buscar recursos, orientações e treinamento para a realização de uma reforma educacional que envolvesse tanto o nível básico (primário e secundário) quanto o nível superior.

O “acordo MEC-USAID” se tornou a principal fonte para uma política educacional que o Brasil teve no que se refere à preparação de profissionais da educação, como reestruturar o sistema de ensino no país. Com esse acordo, ficou acertado que essa agência realizaria o treinamento dos profissionais da educação, como dar diretrizes para a execução, pelo MEC, de uma reforma educacional brasileira, visando a racionalização e que gerasse ganho de produtividade, melhorando a utilização de recursos tanto financeiros quanto humanos.

O governo brasileiro, com intuito de gerar mais receitas para a expansão do ensino primário, criou a partir de 1964 o salário-educação¹⁰, que tinha como objetivo gerar um fundo tanto estadual quanto federal para a universalização do ensino primário no Brasil, que posteriormente foi ampliado para atender outros níveis educacionais.

A Comissão Meira Matos, ficou responsável por analisar o melhor caminho que poderia ser trilhado pela educação no Brasil, desta maneira, acabou seguindo as orientações do acordo MEC-USAID.

¹⁰ Para melhor entender o salário-educação ler Romanelli, O.O. (1982).

Um objetivo claro nesse período era a expansão do nível superior no Brasil, que se daria com o aumento das matrículas e com a racionalização dos recursos financeiros, materiais e de pessoal, utilizando as diretrizes empresarias como forma de expandir o ensino e atender a demanda crescente das empresas (ROMANELLI, 1982).

Estado, procurando repatriar jovens brasileiros que saíram do país e tinham qualificação e boas formações, buscou criar incentivos, com salários bem atrativos, como outros estímulos a fim de atrair esse seguimento. Dado a falta de mão de obra qualificada e a necessidade de conseguir preencher lacunas que apareciam nessa aceleração econômica. No entanto, eles não poderiam questionar o sistema (ditatorial) que era vigente no período (SKINDMORE, 1988).

A reforma do sistema educacional visava atender a expansão econômica, que passava a demandar mais qualificação, onde os cursos existentes não atendiam satisfatoriamente as demandas do período.

Com isso, o governo utilizando o acordo, buscou treinamento das autoridades estaduais e municipais de educação para que esses pudessem melhorar a qualidade da educação e expandir o sistema de ensino pelo país. O Estado acabou se tornando nesse período o principal arrecadador e acumulou a função de órgão controlador e fiscalizador da aplicação dos recursos para a educação, tanto em níveis nacionais, estaduais e municipais.

A expansão universitária era um dos principais objetivos, deste modo, o governo protagonizou uma reforma que mexia na estrutura da universidade, substituindo as cátedras até então existentes na universidade por um sistema de departamentos, racionalizando o uso dos espaços e dos recursos existentes, além de proporcionar uma expansão, melhor adequação e criando e ampliando a pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados) na universidade. Romanelli (1982, p. 222) aborda que isso foi elaborado nos Grupos de Trabalho, assim:

Começamos pelos objetivos que o GT (Grupo de Trabalho) traçou para a reforma: 1º[...] Conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos” [...] 2º) elevar a universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, tornando-se a instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento.

Romanelli (1982, p. 223) demonstra no trecho a seguir a importância da reestruturação do sistema de ensino que fosse direcionado aos fatores produtos, assim:

Delinea-se, assim, uma política educacional bem definida. Através da reestruturação do sistema educativo, segundo os princípios da organização das empresas, busca-se maior adequação do modelo da educação ao modelo econômico, para atingir o objetivo deste último. [...] tem por fim, portanto a instrumentalização do processo educativo e sua utilização em proveito da expansão econômica.

Para que essa reforma pudesse ter sido adotada, era necessário que a estrutura montada fizesse ser obedecida, assim, a reforma educacional foi realizada uma série de leis que impedissem que criassem mecanismos de protesto, como a proibição da União Nacional dos Estudantes (UNE), como forma de conter protestos e a maior união dos mesmos, como forma do Governo ter um maior poder de opressão, além de assegurar reformas necessárias. Por outro lado, o Governo através deu maior suporte aos profissionais da educação como forma de melhor preparação dos técnicos e professores, para que pudessem exercer as funções que seriam chamados a executar nas escolas e universidades instaladas.

4.1.3 Política Financeira

Houve no período de 1968 a 1973 uma mudança no sistema financeiro, com uma reformulação que incentivava a concentração bancária, criando grande conglomerados de bancos nacionais, sendo importantes para a capitalização de recursos visando o financiamento dos investimentos em prol de crescimento e desenvolvimento industrial, que se realizava naquele momento (PRADO & EARP, 2003). Outro ponto importante era a possibilidade de conglomerados industrial-financeiros, por meio dessa grande capitalização bancária, que necessita de tempo para sua maturação e expansão, que naquele período não dispunha.

Deste modo, o governo teve um papel extremamente importante nesse processo, pois dado seu caráter centralizador do poder político, pelo regime militar e pela força do Banco do Brasil (banco estatal e que era o maior banco comercial da época) na concessão de crédito, possibilitou dar um direcionamento aos investimentos, selecionando áreas de interesse, facilitando empréstimos ou subsidiando taxas e juros, além de dar melhores garantias aos bancos internacionais, pois, caso fossem feitos empréstimos no exterior por empresas exportadoras, utilizava-se também os títulos públicos como forma de conseguir recursos para a expansão industrial (MANTEGA, 1980).

A utilização do Banco Nacional de Habitação (BNH) foi importante instrumento para a construção civil, utilizando os recursos do FGTS para a construção habitacional, possibilitou uma expansão na oferta de imóveis, principalmente para a classe média (SINGER, 1989).

Outro mecanismo foi a expansão das sociedades de crédito imobiliária, como forma de atender também o setor habitacional, beneficiado também pela melhor institucionalização do sistema financeiro a partir de 1964, gerando mais possibilidades de crédito.

Por outro lado o BNDE foi o instrumento utilizado para a construção pesada e importante financiador das empresas para adquirirem bens de capital, como também para a melhoria da infraestrutura brasileira.

A melhor institucionalização financeira possibilitou o surgimento de novas agências, no entanto, também concentrou o sistema financeiro, gerando forte concentração bancária. No entanto, gerando maiores possibilidades de captação de recursos e melhoria do fornecimento de crédito pessoal, importante instrumento na expansão econômica verificada no período.

O setor agrícola foi muito beneficiado pelas políticas de crédito do governo, em que utilizou de juros favorecidos para a exportação, como também para a mecanização do setor, a fim de gerar ganhos de produtividade e manutenção do preço. O Governo, além de praticar juros baixos, promoveu isenções fiscais, como forma de controle dos preços, favorecendo os índices de preço, como também promover as exportações (MANTEGA, 1980).

Nesse período o Banco do Nordeste, a CDI, BNDE e Finame foram importantes bancos e agências promovedores da industrialização, além do fornecimento de crédito, foram agências que procuraram verificar as principais necessidades, como promover a industrialização de regiões como o nordeste, mas que também acabaram favorecendo a região sudeste, dado a melhor infraestrutura na região e maior possibilidade de industrialização.

A criação da bolsa de valores para substituir o papel da inflação, como forma de gerar poupança forçada, era uma importante arma do governo, sendo um grande aliado da empresa privada para conseguir recursos a custos mais baixos e negociados com investidores, entretanto, a Bolsa se tornou local mais especulativo que realmente alocador de recursos para investimento (SINGER, 1989), frustrando em parte o governo no papel de financiamento.

Para melhor visualizar a forma como foram feitos os financiamentos no Brasil durante esse período a tabela 3 apresenta os indicadores de como foram feitos os investimentos no país. Na tabela 3 mostra que a partir de 1970 houve um aumento muito grande dos empréstimos superando os investimentos diretos, aumentando a dívida externa. A manutenção das elevadas taxas de crescimento se dava através das quantias cada vez maiores de capital estrangeiro.

O estimo aos conglomerados financeiros para que se tornassem mecanismos mais eficientes de empréstimos, como também fomentar parcerias com indústrias e outros setores, como forma de criar conglomerados industrial-financeiros, no molde japonês, não representou

uma solução para o problema de mobilização do excedente de capital, assim se tornou necessária a busca ao capital estrangeiro, utilizando da criação de mecanismos internacionais de empréstimos como o FMI e o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), além de se ancorar na “boa vontade” dos países centrais, que estavam expandindo suas multinacionais e possibilitando a importação dos países subdesenvolvidos (PRADO & EARP, 2003).

TABELA 3: FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Ano	Saldo transações correntes	Empréstimos e Financiamentos (líquido)	Investimentos diretos (líquido)	Rendas de investimentos (líquido)
1959	-311	62	124	-232
1960	-478	-69	99	-310
1961	-222	152	108	-290
1962	-389	15	69	-212
1963	-114	-114	30	-174
1964	140	-50	28	-262
1965	368	59	70	-348
1966	54	158	74	-394
1967	-237	86	76	-514
1968	-508	99	61	-456
1969	-281	520	124	-522
1970	-562	767	108	-706
1971	-1307	1168	124	-840

Fonte: Singer (1989, p. 71).

A participação dos títulos da dívida do Governo no PIB aumentou muito nesse período, como forma de o Estado conseguir mais recursos para o processo de crescimento, passando de 0,74% em 1964 para 15% em 1970, caracterizando a importância do Estado brasileiro no processo de industrialização pesada, como afirma Lago (1990). Singer (1989, p. 70) coloca o caso dos empréstimos estrangeiros e a pressão inflacionária no Brasil, assim:

No caso dos empréstimos estrangeiros, sendo a maior parte deles gasta fora do país, a procura interna pouco se expande, não havendo pressão altista sobre os preços. A poupança, no fundo, é pública em parte, na medida em que as exportações que pagam os empréstimos (e os juros) são fortemente subsidiadas.

4.1.4 Política Salarial

O Estado, por meio de seu poder na economia nacional, promoveu investimentos direcionados com a finalidade de proporcionar diversas atividades do setor moderno ou beneficiar diretamente os grupos de interesse (classes médias e altas), mas também, por meio de medidas restritivas promoveu arrocho salarial para as classes mais baixas, como forma de beneficiar o consumo de bens modernos, propiciando lucros maiores (PEREIRA, 1981).

Uma forma encontrada pelo Governo, como meio de expandir o consumo interno e aumentar a produção foi por meio da concentração de renda, que consumia produtos de bens de consumo não duráveis e habitação. Assim o crescimento interno se dava por meio do consumo das classes média e alta (PEREIRA, 1985).

O mercado interno cresceu a partir do crescimento da concentração da renda, que possibilitou o consumo de bens como automóveis e eletrodomésticos, já os setores de calçados e alimentos tiveram seu crescimento relativo a exportações, favorecidos por políticas governamentais que priorizavam a exportação.

O Estado brasileiro, com o objetivo de aumentar a rentabilidade das empresas no Brasil e incentivar novas empresas a entrarem no país, utilizou a inflação no período como forma de diminuir os salários reais dos trabalhadores em prol do aumento do lucro das empresas, com também não permitiu que os salários crescessem no mesmo patamar da produtividade do trabalho, gerando maior rentabilidade para as firmas. Outro ponto que era essencial nesse aspecto era o fato de o Governo querer o crescimento impulsionado pelas classes médias e altas, em que dado a população brasileira ser numerosa, possibilitava eleger uma quantidade de pessoas como forma de criar um grupo privilegiado a consumir e, esse consumo se daria de bens modernos, possibilitando a permanência e continuação da expansão das indústrias multinacionais no país (PEREIRA, 1985).

O Governo, para que a política de crescimento do salário abaixo da produtividade e da inflação fosse realizada, utilizou-se da centralização do poder e da força para realizar uma política repressiva sobre os sindicatos, onde não podiam realizar greves, além de diminuir o poder dos sindicatos gerais, por meio da setorização dos sindicatos. Com isso, pode manipular de maneira mais fácil e utilizou também a lei contra a greve, como um meio para esvaziar a busca por melhores salários.

O governo utilizou uma estrutura montada, em que o país se demonstrava com uma estratificação social grande para fazer disso um atrativo para as empresas produtoras de bens

mais sofisticados, onde poderia afirmar que o Brasil tinha um potencial consumidor com suas classes médias e altas, como se fosse um pequeno país desenvolvido da Europa. E usou disso para a promoção do desenvolvimento produtivo, causando fortes desigualdades sociais entre as classes médias e altas contra as mais classes baixas (PEREIRA, 1985).

4.1.5 Política de Exportação

Durante esse período o governo optou por dar maiores incentivos para as empresas que viessem a exportar produtos, em especial manufaturados. Com isso, as empresas estrangeiras, já instaladas no Brasil, adquiriam também incentivos para exportação, com financiamentos a juros subsidiados, taxa de câmbio diferenciada, além de isenções fiscais, tal medida foi adotada com o objetivo de melhorar o coeficiente exportado. Desta maneira, o Brasil conseguiu aumentar as exportações, com o maior objetivo, diversificando a pauta exportada. No entanto, necessitava cada vez mais de produtos, com Bens de Capital e equipamentos, com intuito de continuar a produzir e aumentar a produção de bens manufaturados (TAVARES, 1986).

Em 1969 o governo promoveu as exportações de manufaturados por meio de incentivos fiscais, como juros diferenciados, possibilitando a entrada de firmas multinacionais, como incorporação e associação por parte delas de empresas brasileiras, que possuíam tecnologia nos setores de baixa tecnologia (TAVARES, 1982).

Nesse período, o Brasil exportava bens de baixo coeficiente tecnológico, se tornando dependente de tecnologias de ponta, pois sua especialidade era ter mão de obra barata e com pouca qualificação.

O Brasil acabou sendo beneficiado naquele momento por um período no comércio internacional propício, onde as relações comerciais estavam mais abertas e pela presença de multinacionais no país e não pela incorporação por empresas nacionais no mercado externo.

Como explica Skidmore (1989), com a política de exportação de produtos agrícolas, por meio de isenção fiscal e taxas de juros baixas, a agricultura ainda contou com a elevação do preço da soja em 137% de 1972 para 1973, ajudando nas contas externas. No entanto os produtos industriais aumentaram a participação de 24% para 31% de 1970 para 1973, muito em função da exportação de têxteis e calçados, produtos esses de baixo coeficiente tecnológico.

Após constatar as políticas adotadas no Brasil, verifica-se que houve uma tentativa de desenvolvimento nacional partindo da base da empresa estrangeira, com o papel pela indústria nacional como suporte a essa empresa, com incentivos voltados tanto para as empresas nacionais como para as multinacionais, que acabaram sendo incorporadas como sendo indústrias nacionais, dado as suas plantas produtivas estarem presentes no Brasil (TAVARES, 1986).

A política voltada para tecnologia não surtiu o efeito desejado, dado a seu caráter pouco direcionado, onde havia bolsas para pesquisa, mas não havia exigências para utilizá-las e não existia uma união entre o governo-universidades-empresas em prol de criação de novas tecnologias, ficando a empresa nacional dependente dos recursos estatais para investimento.

Os meios de financiamento acabaram não tendo um caráter de incentivar a indústria de capital nacional, ficando sujeita ao capital externo, via investimento estrangeiro direto e empréstimos externos. O comércio externo foi beneficiado pela onda positivas que se encontrava a economia global e pela exportação das multinacionais estrangeiras para outros mercados. Assim podendo constatar em Singer (1989, p. 116) que:

O prolongamento do *boom*, que começou em 1968, baseou-se, portanto nos seguintes elementos: primeiro, uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração de renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; segundo, uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; terceiro: forte injeção de recursos do exterior, que complementaram a poupança interna e permitem eliminar focos inflacionários, graças a uma capacidade de impor tornada superelástica. O que não se tinha tornado visível é que, nesta constelação, faltava um quarto elemento: um crescente taxa de inversões.

4.1.6 Erro do Brasil

O Brasil, no seu projeto nacional de desenvolvimento, cometeu erros principalmente na política industrial, pois acabou visando a atração de multinacionais para a consolidação do sistema produtivo brasileiro, causando maior dependência tecnológica, deixando o processo de consolidação da industrialização para as empresas multinacionais, as quais utilizavam os mercados periféricos como modo de ampliação da sua posição global e ampliação do seu mercado (TAVARES, 1986). A política de P&D ficou sobre a responsabilidade das empresas multinacionais (não havendo a participação do governo brasileiro no processo) como forma de enraizar no Brasil o conhecimento desenvolvido pelas empresas, tornando o Brasil um

mero reprodutor dos produtos previamente desenvolvido nos polos de P&D das empresas em suas matrizes (PEREIRA, 1981).

A industrialização brasileira pode ser colocada como uma industrialização que “veio de fora para dentro”, ou seja, em que o sistema produtivo, de criação e de desenvolvimento, não fazia parte do processo de desenvolvimento brasileiro (SINGER, 1989).

O não desenvolvimento das forças produtivas nacionais causou ao país uma desvantagem no que concerne ao desenvolvimento tecnológico, pois era um mero receptor das tecnologias prontas, gerando, no desenvolvimento brasileiro, um impedimento para que fosse completado, levando o país aos demais problemas de balança de pagamento, maior endividamento e incapacidade de adquirir novos financiamentos, uma vez que os recursos provenientes da produção e desenvolvimento de forças produtivas não estavam no país e sim nas matrizes das empresas instaladas no Brasil, que se localizavam na Europa e nos Estados Unidos (TAVARES, 1986).

4.2 O milagre econômico sul-coreano (1972-1976)

A Coréia do Sul possuía um plano estatal-desenvolvimentista, o qual tinha como objetivo a criação de indústria e empresas com viés exportador ao utilizar o dinheiro adquirido com as exportações para desenvolver tecnologia e aumentar as reservas internacionais para investimento (KIM, 2005).

A partir do terceiro plano quinquenal de desenvolvimento, com crescimento médio entre 1972 e 1976 na ordem de 11,2% a.a., a Coréia do Sul, como vinha fazendo nos planos anteriores, mantinha um investimento de mais de 27% do PIB, para o desenvolvimento da sua indústria, com suporte dos bancos estatais, que cobriam as dívidas, fazendo com que os *chaebol* criassem condições de se desenvolverem, direcionando receitas geradas para o aprendizado tecnológico e destinando os recursos para investimento. Assim, foi ampliando suas empresas sem a preocupação com as dívidas, como colocado por Kim (2005).

4.2.1 Política Industrial

A estratégia sul-coreana tinha como plano de fundo a compreensão dos processos de aprendizado tecnológico e da dinâmica concorrencial internacional, que por meio desse conhecimento poderia competir de frente com os outros países. O aprendizado reverso foi uma importante arma para a industrialização sul-coreana, onde puderam, por meio da desmontagem e remontagem, chegar ao melhor conhecimento dos produtos. Outra forma foi fazer com que as empresas que instalassem indústrias em seus países, criassem núcleos de P&D, assim incorporando na própria Coreia do Sul condições de desenvolvimento de novos produtos e mantendo nesse país condições de geração de tecnologia (KIM, 2005).

Nesse processo, a Coreia do Sul possuía uma peculiaridade, a presença do Japão como país próximo e conhecimento da língua japonesa, possibilitou usufruir o avançado conhecimento japonês no ramo industrial mais tecnológico. Corroborando com isso o interesse japonês em produzir e fazer parcerias com a própria Coreia. Assim, a Coreia utilizando desse suporte voltou à atenção parte importante da produção na década de 1970 para a indústria tecnológica, tendo a segunda revolução industrial como base para esse processo. Além disso, contribuiu para essa industrialização o respeito coreano a hierarquia, como forma de controle dos trabalhadores por parte das empresas e do governo. Esse respeito contribuiu para uma formação mais orientada dos trabalhadores pelo governo, com a colaboração das empresas nesse processo de aprendizado (CANUTO, 1994).

Com o respaldo técnico necessário que as empresas possuíam para a produção, além do controle por parte do Estado de fluxos tecnológicos, buscando, promovendo, controlando, projetando, bem como cláusulas contratuais para proteção à indústria nascente, havia uma estrutura montada que, por meio da orientação do Estado, era feita as inovações e a produção na indústria nascente. O Estado coreano centralizava financeiramente os investimentos, mas também participava de negociações de transferência tecnológica, além de fazer cumprir os termos contratuais por parte das empresas coreanas, quando eram realizadas as parcerias com empresas estrangeiras. Demonstrando, assim, a forte presença do Estado na execução dos projetos, como na orientação dos quais seriam importantes para o “projeto coreano de desenvolvimento industrial” (KIM, 2005).

A política de regulamentação setorial de investimentos implementada pela Coreia do Sul possibilitou o controle por meio do licenciamento governamental, para os investimentos setoriais, assim, minimizava o número de empresas e/ou maximizava a especialização em

segmentos, reduzindo problemas de escala, muito encontrado em processos de industrialização tardia. Contribuindo para esse processo, o governo permitia somente a realização de novas etapas, como novos projetos, quando os antigos já tivessem sido realizados. Pelo processo de entrada por etapas (*staggered entry formula*) que era realizado de maneira sequenciada por novas firmas ou firmas já presentes, mas devido a formação de *cluster*¹¹ esse processo se mostrava com uma velocidade como se fosse um processo simultâneo de construção existente, no entanto, tal processo era realizado por etapas (CANUTO, 1994). Tais mecanismos foram criados a fim de diminuir o impacto da inserção “tardia” de desvantagens estruturais iniciais no contexto da concorrência internacional.

Esses elementos, somados, necessitavam também do comprometimento de quem realizava (as firmas) no esforço dispendido em capacitação de pessoal de capacidade tecnológica no ramo em que atuavam, favorecendo assim, diretamente as linhas de produção. A percepção disso era a ultradiversificação dos *Chaebols* possibilitou a interiorização de diversos processos produtivos em uma única empresa, utilizando tecnologias de um ramo em outros, como verificado no caso da Hyundai, que usou a anticorrosão de navios para auxiliar na pintura de automóveis, buscando sempre desenvolver capacidades peculiares, segundo Canuto (1994). Podendo ser visto isso no elevado gasto privado em P&D, além da ocupação “a qualquer custo” de mercados, mesmo que os retornos financeiros não fossem no primeiro momento atrativo. Como forma de cultivar o prestígio governamental.

A forte intervenção estatal possibilitou a homogeneidade de parâmetros no estabelecimento de estratégias empresariais, favorecendo o esforço no aprendizado rápido e “reverso”, como pode ser visto em Canuto (1994, p. 137):

[...] O que esteve subjacente ao fortalecimento da dimensão tecnológica na industrialização coreana não foi apenas o planejamento governamental, mas, principalmente, a capacidade estatal conforme o cálculo expectacional privado em uma instância usualmente inacessível – algo compreensível apenas a partir da inclusão das determinações próprias da dinâmica tecnológica, conforme tentativamente [...].

Um processo que contribuiu para a maior assimilação da tecnologia foi feita por meio de compras de fábricas prontas no exterior, como bens de capital, internalizando a produção e facilitando o processo de engenharia reversa. Sendo feito, com empréstimos feitos pelo governo, como forma de captar recursos para as empresas coreanas, em vez de investimento

¹¹*Cluster*: concentração de empresas, com características semelhantes que coexistem no mesmo local. Outra característica é a constante colaboração existente entre essas empresas, se tornando mais eficientes.

estrangeiro direto, proporcionou maior autonomia nos investimentos produtivos, além de autonomia a empresas coreanas em relação a multinacionais (KIM, 2005).

Em 1986 foi criada a lei da patente, por pressão estadunidense. Essa lei prejudicou o processo de aprendizado por meio da engenharia reversa, afetando principalmente os ramos industriais da farmácia e química. Para fazer valer essa lei, o governo sul-coreano exerceu forte controle, devido a não aceitação da lei por parte dos coreanos. Fiscalizando de forma incisiva, no entanto, isso fez com que aumentasse na Coréia o processo de inovação e P&D para o não pagamento de *royalties* para empresas estrangeiras (KIM, 2005).

Houve, a partir disso, uma mudança no foco na promoção governamental a indústria, incentivando mais fortemente o processo de inovação, por meio de incentivos ao P&D das empresas e pelas criações ou ampliações de institutos para a promoção do P&D.

A política industrial acabou sendo muito mais eficaz que as políticas voltadas para a ciência e tecnologia (exceto educação), demonstrando que os ramos industriais estratégicos com foco de promover a exportação e a busca por tecnologias mais maduras, bem como a cobrança contínua por parte do Estado para com as empresas, premiando e penalizando as empresas eficientes e pouco eficientes, respectivamente, que recebiam suporte governamental. Já no que se referem à oferta as políticas não surtiram muito efeito, ficando centralizado somente na educação o principal resultando, qualificando a mão de obra (KIM, 2005).

4.2.2 Política educacional

A criação do Instituto de Ciência e Tecnologia da Coréia (ICTC), para a realização de pesquisas voltadas para P&D, se tornou o principal centro de pesquisa do país, mas foi desmembrado para a criação de polos tecnológicos em áreas de interesse do governo, como indústria naval, tecnologia etc., sendo uma forma de o Estado promover o desenvolvimento tecnológico nacional, dando maior suporte aos *Chaebols* (KIM, 2005).

As universidades não representavam as principais áreas de P&D, sendo um problema para o governo, pois as universidades eram voltadas somente para a graduação, ficando a cargo dos institutos que possuíam melhor preparação e tecnologia, a maior parcela no desenvolvimento de P&D. Canuto (1994, p. 127) aborda como a Coréia do Sul trabalhou a educação:

[...] Supondo-se que as diferenças estatísticas reflitam, de fato, uma ampla proporção de trabalhadores com a preparação formal, científica ou técnica, prévia à atividade produtiva, a Coréia do Sul teve aí outro elemento responsável pela rápida absorção de tecnologia [...] Destarte, a educação técnica, sem passar por experiências concretas de produção e esforços de inovação – prevalecendo tal fato mesmo para as “novas tecnologias” mais *Science based* do que nunca, da atual “Revolução Tecnológica”. Ao contrário das análises com base em “capital humano”, tomando como um fator de produção exógeno, não há qualificação produtiva sem exercício das correspondentes atividades.

Durante o milagre e o pré-milagre, a fonte de conhecimento era realizada por meio da compra de tecnologia e assimilação rápida, utilizando a engenharia reversa como principal mecanismo de assimilação. Já no pós-milagre (1980) começou a investir, de maneira mais direcionada para P&D, como ramo principal do governo, utilizando o conhecimento adquirido durante o processo de assimilação, desta maneira, produzindo novos produtos com tecnologia coreana, gerando patentes e novas tecnologias. Passou, assim, a não ser mais um país atrasado tecnologicamente, mas que começava a competir em ramos cada vez mais tecnologicamente avançados, como observado na tabela 4, onde é mostrado de maneira detalhada a formula adotada pela Coréia do Sul na implementação de sua política industrial.

TABELA 4: POLÍTICAS INDUSTRIAIS E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Categories	Décadas de 1960 e 1970	Décadas de 1980 e 1990
Políticas Industriais	Promoção deliberada das grandes empresas Orientação para a exportação Promoção das indústrias químicas e pesadas Repressão de movimentos trabalhistas para manter a paz no setor industrial	Promoção de PME ^a Orientação para a exportação Políticas antitruste e de comércio equitativo Liberalização do comércio exterior Liberalização financeira Proteção dos direitos de propriedade intelectual Mudança de ênfase para a P&D e para o desenvolvimento de mão de obra especializada
Políticas de Ciência e tecnologia	Restrição aos IED ^b e ao LTE ^c Promoção das importações de bens de capital Promoção dos IPG ^d em vez da pesquisa nas universidades	Promoção dos IED e do LTE Amplas redes de difusão Promoção da pesquisa nas universidades Promoção das atividades em P&D nas empresas Promoção de projetos de P&D nacionais

Notas: ^a Pequenas e médias empresas.

^b Investimentos estrangeiros diretos.

^c Licenciamento de tecnologia estrangeira.

^d Instituto de pesquisa do governo.

Fonte: Kim (2005, p. 83).

A Coréia do Sul durante o seu processo de aceleração aumentou de maneira intensa os investimentos em educação, passando de 2,5% em 1951 para 17% em 1966 a participação da educação no orçamento público (isso representava cerca de um terço das despesas com educação, pois os outros dois terços eram despendidos pelo país e pelo setor privado). Na tabela 5 demonstra a evolução educacional sul-coreana, proposta por Kim (2005).

Esse investimento foi feito de maneira equilibrada entre os níveis educacionais, tendo por parte das empresas um investimento importante no ensino profissionalizante, como forma de construir um vínculo com os jovens e diminuir a rotatividade no emprego, aumentando a eficiência e a preparação dos empregados, além de elevar a motivação destes no ambiente de trabalho, fidelizando os trabalhadores às empresas, buscando criar laços “familiares” com estas (KIM, 2005).

O governo ainda criou formas de dar mais impulso à educação por meio da lei do ensino profissionalizante em 1966, mas foi em 1974 que o governo tornou obrigatório o ensino profissionalizante nas instalações das empresas com mais de 300 funcionários. Caso não fosse cumprida, a empresa tinha que pagar encargos, mas o esforço era para que fosse realizado o investimento, ao contrário de experiências latino-americanas, como afirma Kim (2005).

TABELA 5: INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA CORÉIA DO SUL

	1953	1960	1970	1980	1990	1994
Taxa de analfabetismo (%)	78,0	27,9	10,6	ND	ND	ND
Número de matrículas de acordo com a faixa etária (%)						
Escola primária (6 a 11 anos) ^a	59,6	86,2	102,8	101,0	100,7	100,6
Primeiro ciclo do ensino médio (12 a 14 anos)	21,1	33,3	53,3	94,6	98,7	99,0
Segundo ciclo do ensino médio (15 a 17 anos)	12,4	19,9	29,3	68,5	86,9	88,7
Ensino Superior ^b	3,1	5,0	8,7	16,0	37,7	48,8
Formados em centros de ensino profissionalizante (milhares)	ND	ND	28,2	104,5	67,7	184,4
Formados em universidades de curta duração (milhares)	ND	ND	7,8	51,5	87,1	128,4
Formados em universidades (milhares)	ND	180,0 ^c	28,2	52,2	170,9	183,4
Formados em escolas de ensino superior (para cada 10 mil habitantes) ^d	ND	6,6 ^c	11,4	27,7	59,4	69,5

Notas: A taxa de analfabetismo depois da primeira metade da década de 1970 tornou-se insignificante que o governo parou de levantar dados.

^a Alunos com mais de onze anos estavam matriculados em escolas primárias.

^b O governo controlava as quotas para as escolas de ensino superior. A demanda desse nível de ensino era bem maior que a quota correspondente. O ensino superior inclui faculdades que oferecem cursos de dois a três anos.

^c Em 1963.

^d Números relativos a todos os tipos de ensino superior.

ND: dados não disponíveis.

Fonte: Kim (2005, p. 102).

Nesse processo se viu dobrar o IDH, passando de um país com índice baixo para médio e alto entre 1960-1992. Outro indicador importante, como coloca Kim (2005), foi na esfera de pesquisadores por 10 mil habitantes que passou de 4,8 para 22 nesse período.

O governo, para sanar os problemas educacionais, promoveu incentivos para os financiamentos preferenciais e concessões tributárias como medidas eficazes para promoção do P&D nas empresas.

No entanto, havia um problema em relação aos doutores, que faziam seus doutorados fora do país e não retornavam, dado a escassez de emprego e falta de oportunidade, desta maneira, o governo em conjunto com as empresas, para conseguir repatriar esses doutores, criaram mecanismos de atração, como salários vantajosos, cargos, autonomia e outros incentivos como forma de atrair esses profissionais altamente qualificados (KIM, 2005).

4.2.3 Política de financiamento

O governo coreano, no início da década de 1960, estatizou os bancos com o intuito de concentrar o crédito, além de possuir o maior controle sobre os investimentos que seriam feitos, como garantir maior poder de barganha em negociações para empréstimos no exterior a juros mais baixos. Nesse primeiro momento, como explica Kim (2005), essa política tinha como objetivo dar maior apoio financeiro aos *Chaebols*, para que com esse ganho em não pagamento de juros altos, pudessem direcionar esses recursos a investimentos em P&D, como em engenharia reversa.

O governo exigia, em contrapartida das empresas, que estas direcionassem os recursos, destinados a pagamento de juros, para pesquisas, como objetivo que os produtos coreanos ganhassem competitividade no mercado internacional, sendo esse ganho uma exigência do Estado, como forma de continuar a receber financiamentos do governo, caso contrário, eram destinados a outras empresas, fazendo que as empresas ineficientes dessem lugar a empresas mais eficientes, explica Canuto (1994).

Ocorreu a partir dos anos de 1980 a democratização na Coreia, com isso o Estado também iniciou um processo de liberalização financeira, transferindo para o setor privado (*Chaebols*) o controle financeiro dos bancos, aumentando significativamente o poder privado sobre as decisões de financiamento. Além disso, ocorreu o afrouxamento das leis trabalhistas,

aumentando o poder do sindicato, como consequência, aumento das greves, reivindicações por aumentos salariais entre outras questões. A tabela 6 demonstra a mudança de comportamento dos trabalhadores, os quais se tornaram menos submissos às empresas (KIM, 2005).

TABELA 6: MUDANÇA NA POSTURA DOS TRABALHADORES COREANOS (EM %)

Atitudes e comportamento dos empregados em relação aos supervisores e chefes:		
Submissão às opiniões dos chefes	77,3	40,6
Obediência às instruções dos supervisores	90,6	65,3
Valores e crenças relativas ao grupo e à organização:		
Consideram a empresa como uma segunda família	94,3	59,2

Fonte: Kim, 2005, p. 131.

4.2.4 Erro da Coréia

Um grande erro coreano foi este não ter estimulado um crescimento equilibrado entre pequenas e grandes empresas, o que não possibilitou a criação de fornecedores locais a essas grandes empresas. Somente no final da década de 1970 foi percebida a importância das pequenas e médias empresas para o crescimento econômico, onde essas empresas deveriam atuar em ramos tecnológicos, onde o governo criava santuários (incubadoras) para que essas empresas tivessem a possibilidade de ganharem competitividade, com suporte financeiro por parte do governo. Com isso, foram ofertados empréstimos de risco para empresas tecnológicas entrassem nesse ramo que o setor privado não tinha interesse em atuar. Mesmo com esses incentivos, as empresas coreanas passavam por um cenário externo controverso, pois enfrentavam concorrência chinesa e outros países com mão de obra mais barata, dificultando assim o desenvolvimento e permanência desses tipos de empresas (KIM, 2005).

A forte presença do Estado no dirigismo da economia coreana causou problemas com corrupção entre burocratas do governo e dirigentes dos *Chaebols*. Além disso, a ajuda a esses conglomerados, fez com que se tornassem muito poderosos e acabassem influenciando o governo, se deixando ceder a chantagens dessas empresas, mesmo que não fossem mais eficientes (CANUTO, 1994).

5 A COMPARAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS

5.1 Comparações entre Brasil e Coréia do Sul

Analisando os aspectos conjunturais das economias aqui estudadas, pode-se perceber que as economias, antes do início do processo que levou à aceleração dos seus desenvolvimentos econômicos, surgiram de uma economia inicialmente agrícola, em que os indicadores sociais eram baixos, com alto índice de analfabetismo, a indústria era incipiente e não possuía grande representação na economia.

No caso desses países, antes de entrarem em processo de aceleração econômica, passaram por mudança de governos, assumindo nos dois países ditaduras, que centralizaram o governo e criaram planos e metas para que fossem cumpridos. Nesse momento, pode-se dizer que a formação dos pilares para os “milagres” econômicos foram lançados, onde o objetivo dos dois regimes era enraizar a indústria na economia e, deste modo, gerar desenvolvimento para as nações. No entanto, os modelos adotados pelo Brasil e pela Coréia do Sul foram distintos.

No caso brasileiro, se optou por uma industrialização que utilizava as multinacionais, para que implementassem suas indústrias, sem necessidade de criação de polos de P&D. O governo, por meio do seu poder de financiamento, criou empresas estatais para atenderem principalmente as necessidades básicas, por meio da produção de bens de capital. O capital nacional, que não possuía recursos financeiros suficientes para sua expansão, procurou por meio do governo, apoio para conseguir financiamento externo ou por meio de incorporações por parte das multinacionais de suas indústrias ou mesmo por parte de parcerias. O Estado era o maior responsável pelos financiamentos externos, além disso, privilegiou a formação de conglomerados financeiros para melhorar as possibilidades de financiamento e possíveis parcerias entre esses conglomerados e a indústria.

No caso sul-coreano, fizeram a opção pela criação da indústria nacional, mas que necessitava em alguns casos de *Join ventures* para incorporação tecnologia de empresas multinacionais que fossem implementar as indústrias, teriam que criar polos de P&D, como forma de transmitir o conhecimento tecnológico. O governo assumiu o poder financeiro, e todos os projetos para investimento industrial tinha que passar pela tutela estatal, o que foi conseguido graças à nacionalização dos bancos, para que o Estado tivesse maior controle sobre as áreas que deveriam ser investido o capital. Por meio do apoio estatal foram

estimulando a criação de conglomerados industriais, mas que tinham que apresentar resultados para que continuassem a receber incentivos do governo.

5.1.1 Política Industrial

Tanto Brasil quanto Coréia do Sul buscaram incentivar a indústria de bens de capital, assim como os bens de produção, além de bens de consumo não duráveis, pois se entendia que era necessário a incorporação por parte do país das indústrias com maior avanço tecnológico, para que a partir disso, pudessem fazer o *catching up* em relação aos países desenvolvidos.

No caso do Brasil, o governo buscou, por meio do investimento estrangeiro, direto com incentivos fiscais e entre outros, a atração das multinacionais que em muitos casos já possuíam instalações no Brasil, para que implementassem suas plantas produtivas, assim conseguissem de forma mais rápida as tecnologias mais avançadas, além de enraizar a produção no Brasil, incentivando também a exportação. No entanto, as multinacionais que se instalaram não trouxeram seus núcleos de P&D, assim não desenvolvendo os polos tecnológicos no Brasil e permanecendo a dependência tecnológica.

Já na Coréia do Sul o governo através dos *Chaebols* investiu pesado em compra de fábricas prontas, bens de capital e em patentes, como forma de incorporar no sistema produtivo nacional a tecnologia, utilizando a engenharia “reversa”, como mecanismo de aprendizado tecnológico, criando núcleos de P&D, além das próprias empresas coreanas, investirem os lucros no desenvolvimento de tecnologia.

Uma maneira de entender os dois processos que foram desenvolvidos é analisar a figura 7, onde, pode entender a forma brasileira não agressiva, que utilizou por meio de associação e atrativos para empresas estrangeiras trazerem suas filiais ou subsidiárias para o Brasil. Já forma sul-coreano utilizou o método agressivo para incorporar tecnologia.

O governo brasileiro buscava incentivar a industrialização, por meio de criação de empresas estatais no ramo da indústria petroquímica, siderurgia e outras áreas afins, e nos ramos mais avançados tecnologicamente por meio de multinacionais. No entanto, não realizava fiscalizações e controle do que estava sendo feito, se havia um avanço na produtividade e nem na incorporação tecnológica.

Ao contrário, a Coréia do Sul, por meio de seu governo centralizado, exigia das empresas privadas nacionais, que recebiam recursos dos bancos estatais, que cumprissem as

metas estabelecidas, a fim de poder receber recursos para novos empreendimentos, para que também não fossem penalizadas pelo não cumprimento das metas audaciosas feitas em conjunto pelo Estado, representantes do setor industrial e pelas próprias empresas, como forma de criar condições de melhor desenvolver a indústria nacional.

FIGURA 7: ESTRATÉGIA PARA RECIPIENTES DE TECNOLOGIA

Estratégias do aprendizado tecnológico

		Agressiva	Não agressiva
Associação com empresas estrangeiras	Independente	Aprendizado lento no início, mas dinâmico com o tempo. (1)	Aprendizado lento o tempo todo. (2)
	<i>Join venture</i>	Aprendizado rápido no início, mas conflitos limitam o dinamismo do aprendizado com o tempo. (3)	Aprendizado no ritmo da estratégia da matriz. Dependência. (4)

Fonte: Kim (2005, p. 334).

Com isso, pode-se perceber que na Coreia do Sul existia um projeto mais claro de desenvolvimento nacional em relação ao Brasil, com planos audaciosos para desenvolvimento da indústria visando à exportação e a incorporação tecnológica. Com isso, se pode dizer que a parte institucional na Coreia funcionou muito mais ativamente do que a brasileira, na qual instituições estabelecidas não tinham um papel claro do que deveria ser realizado.

Analisando a tabela 8, pode-se ter uma noção mais clara de como se comportou os dois países em relação ao processo industrial após o “milagre”, que no Brasil, devido a essa falta de maior planejamento em relação à incorporação industrial, perde fôlego e acaba reduzindo drasticamente os investimentos na indústria, passando nesse período por um problema de recessão econômica séria. Na Coreia isso já não ocorre, sendo seguido o cronograma dos planos quinquenais de desenvolvimento.

Na Coreia do Sul foi observado que com o grande incentivo aos *Chaebols* ocasionou o não investimento em pequenas e médias empresas, tornando deficiente o fornecimento por empresas coreanas de produtos para as grandes empresas, quando o governo percebeu isso já era tarde, pois os salários pagos já estavam altos e não conseguiria competir com outros países (exemplo: China e Taiwan), assim os fornecedores desses conglomerados acabavam se tornando estrangeiros. No caso brasileiro, as pequenas e médias empresas

conseguiram criar uma estrutura boa, como forma de serem fornecedoras de peças e equipamentos para as multinacionais, formando uma rede rápida de fornecimento para essas empresas.

TABELA 8: DESEMPENHO INDUSTRIAL ENTRE 1979 E 1988: BRASIL E CORÉIA DO SUL^a

	Brasil	Coréia
Indústrias Pesadas ^b	0.6	17.2
Indústrias Químicas ^c	2.6	7.5
Indústrias Leves ^d	1.5	2.6
Indústrias Manufatureiras	1.5	11.7

Nota: ^a Taxas médias de crescimento real da produção.

^b Incluem indústrias de ferro e aço, metais não ferrosos, produtos metálicos, máquinas, equipamentos de transporte e aparelhos de precisão.

^c Incluem indústrias de produtos químicos, refinarias de petróleo, derivados de petróleo e carvão, produtos de borracha e produtos plásticos.

^d Incluem indústrias alimentícias, bebidas, fumo, têxteis, vestuário, couro e derivados, calçados, produtos de máquinas, madeira, móveis, papel e celulose, cerâmicas, vidros, produtos não metálicos e outros.

Fonte: Aldrighi, 1997, p. 144.

5.1.2 Política Educacional

No Brasil a educação foi desenvolvida a fim de realocar melhor os recursos, como expandir o ensino em todas as esferas. No entanto, esse projeto tinha intuito somente de expansão e não possuía um viés claro para qual direção deveria ser tomada, ficando um desenvolvimento educacional, somente instrutivo, mas não direcionado. No caso sul-coreano, a educação foi tida como área prioritária, pois se tinha o objetivo de criar uma mão de obra que fosse trabalhar nas indústrias nascentes e que pudessem gerar tecnologia para o país. Nesse caso, além de conseguirem expandir o ensino e acabar com o analfabetismo no país em menos de 10 anos, fizeram uma educação direcionada para os objetivos traçados.

Na esfera do desenvolvimento de tecnologia, o Brasil ficou refém das multinacionais, pois não havia um projeto claro de desenvolvimento de P&D, como incentivo ao desenvolvimento tecnológico, ficando muito dependente do que era gerado nas matrizes e da geração de tecnologia por professores universitários, que buscavam desenvolver novos projetos, mesmo sem incentivos claros.

A Coréia do Sul traçou junto com as empresas coreanas um cenário claro de desenvolvimento tecnológico, incentivando a criação de polos de P&D nas empresas, por meio do não pagamento de juros para o governo dos empréstimos feitos, além da criação de polos tecnológicos por parte do governo, a fim de gerar novas tecnologias, mas como

inicialmente realizar o conhecimento reverso, da produção dos produtos mais avançados tecnologicamente, além disso, incentivou aos estudantes universitários a estudarem nos principais centros tecnológicos, como atraia pesquisadores estrangeiros para desenvolverem na própria Coréia novas tecnologias.

As empresas sul-coreanas, por meio de incentivos do Governo, buscavam criar nas próprias empresas escolas, voltadas para o ensino direcionado, com o objetivo de criarem mãos de obra qualificada para o trabalho que deveria ser realizado. No caso, brasileiro não se observou esse comportamento, somente utilizava o SENAC e o SENAI, como mecanismo de preparação da mão de obra, mas que não era tão abrangente, dado a limitação de recursos.

5.1.3 Política Financeira

A forma de financiamento desses “milagres” também demonstra os caminhos diferentes que os dois países percorreram.

O Brasil utilizou a vasta oferta internacional de crédito, pós-segunda guerra mundial, com o apoio de instituições como FMI e GATT, para conseguir financiamento externo, além do investimento direto externo, devido à falta de poupança nacional, utilizou a poupança internacional para fazerem os investimentos necessários e que haviam sido planejados, utilizou também da dívida pública do Estado, como mecanismo de financiamento, além da poupança privada forçada (FGTS, por exemplo), para investimento em alguns setores estratégicos.

A Coréia do Sul buscou incentivar sua indústria por meio de empréstimos internacionais, utilizando os bancos estatais os recursos necessários para o financiamento dos projetos, restringindo o investimento direto externo em seus projetos. Utilizou nesse caso o apoio estadunidense e japonês para conseguir os recursos necessários para a falta de poupança interna para os financiamentos, mas que era pago via divisas provenientes da exportação dos produtos gerados por esses capitais, não comprometendo no longo prazo a balança de pagamentos.

5.1.4 Política Salarial

Os salários nos dois países foram mantidos baixos a fim de dar competitividade aos produtos produzidos neles. Era importante nesse período a manutenção desses salários com ganhos reais abaixo da produtividade, como forma das empresas gerarem recursos a mais para investimento em produção, como ocorreu na Coreia do Sul, no Brasil esses ganhos adicionais acabaram sendo transferidos para os tecnocratas tanto públicos quanto privados, com também eram enviados a suas matrizes através de remessas de lucros ou dividendos, não gerando meios de maior desenvolvimento futuro.

As políticas salariais do Brasil e da Coreia eram muito restritivas, com controle por parte do governo das políticas salariais, proibição ou exerciam maior controle dos sindicatos, proibindo greves, como forma de controlar o trabalhador e dar melhores condições para as indústrias.

Uma diferença importante nesse cenário é que no caso brasileiro a manutenção baixa dos salários dos trabalhadores ocorria na esfera dos não ou pouco especializados, mas os com os trabalhadores especializados os salários eram altos, como forma de privilegiar essa classe que mantinha o consumo a níveis de países desenvolvidos, aumentando a estratificação social no período. Os tecnocratas públicos recebiam altas remunerações, mantendo-se baixo o investimento em P&D. No caso sul-coreano, isso não ocorria e mesmo os tecnocratas do governo não possuíam altas remunerações, pois o foco do Governo era o maior investimento em P&D e uma incorporação mais rápida da tecnologia disponível. Com isso, o Estado se dotou do prestígio que era trabalhar para o Governo, como possuir um cargo importante para a manutenção dos empregos no país. Somente com a maior inserção tecnológica é que passou a remunerar esses funcionários com salários mais altos e diminuir a fuga dos trabalhadores mais preparados para outros países, como havia acontecendo.

O “milagre” econômico brasileiro ocorreu após um período longo de ajuste econômico na economia, passando por recessão, utilizando a capacidade ociosa que foi gerada na economia brasileira naquele período, assim seria um “milagre” para recuperação econômica. Já a Coreia do Sul vinha de um processo de crescimento contínuo devido aos planos quinquenais de desenvolvimento econômico, onde o “milagre” ocorre no terceiro plano, consolidando a expansão industrial e enraizando os processos produtivos e as inversões naquele país.

5.2 Consequências

Após a análise comparativa entre Brasil e Coréia do Sul, os legados deixados por esse processo de aceleração econômico demonstram que é necessária uma manutenção de uma política coesa, em que as instituições funcionem e que tenham clareza do papel que devem cumprir em função de um propósito, que nesse caso é o desenvolvimento econômico.

O Brasil, que se utilizou de um cenário externo muito favorável para aquisição de empréstimos externos, além do favorecimento a exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados (calçados, têxteis etc.) contando também com a valorização de produtos primários (exemplo: soja) que favoreceram a balança de pagamentos. Com o primeiro choque do petróleo viu deficiências no seu processo de desenvolvimento econômico, que acabou gerando déficits fiscais e uma grande dívida externa e em função dos juros flutuantes, acabaram por elevar ainda mais a dívida.

A inflação, que estava em patamares mais baixos, começou um novo processo de aceleração, devido à utilização plena da capacidade instalada, gerado pelos investimentos insuficientes em relação ao processo que se finalizava, com controle dos preços pelos oligopólios multinacionais e estatais já instalados.

A Coréia do Sul possibilitou nesse processo de grande aceleração econômica um aumento da poupança interna, diminuindo as necessidades de endividamento externo, utilizando esse período também para maior incorporação e inversões na indústria, usando a engenharia “reversa” como principal forma de aquisição de tecnologia. Nesse período também começou por meio de seus institutos tecnológicos a desenvolver de maneira mais rápida tecnologias, copiando muitas vezes a tecnologia já existente, mas que começava a ter maior independência tecnológica, exportando assim produtos com cada vez mais sofisticadas tecnologicamente.

Observando a forma como se deu a evolução dos indicadores macroeconômicos no período pode se ter uma ideia de como se comportou as economias, demonstrando uma forte queda na economia brasileira e o contínuo crescimento sul-coreano, pela tabela 9.

A Coréia do Sul conseguiu, por meio de sua política de exportação, gerar divisas suficientes para continuar o processo de desenvolvimento da sua indústria, sem a necessidade de novos empréstimos internacionais, pois conseguiu gerar poupança interna, além de aumentar sua reserva internacional. O fortalecimento das empresas sul-coreanas, nesse processo, favoreceu a velocidade que conseguiam incorporar as tecnologias por meio da

engenharia reversa, como também utilizando os polos de P&D conseguiam fazer o *approach* tecnológico em relação aos países mais avançados.

TABELA 9: PERFORMANCE MACROECONÔMICA: BRASIL E REPÚBLICA DA COREIA *

	1970-75		1975-80		1980-87	
	Brasil	República da Coreia	Brasil	República da Coreia	Brasil	República da Coreia
PIB	10.7	9.4	6.6	8.3	3.3	8.6
FBCF	15.8	10.9	3.7	17.2	-0.4	12.7
Exportação de bens e serviços	11.9	25.9	8.3	14.9	5.9	12.7
Importação de bens e serviços	18.7	15.6	1.1	16.5	-4.9	8.4
Indústria total	11.5	17.2	6.9	13.8	2.7	11.1
Indústria manufatureira	11.5	18.4	6.6	14.4	2.1	10.6

Nota: *Taxa média de crescimento anual.

Fonte: Aldrighi (1997, p. 144).

O Brasil, por meio de uma política muito voltada para a incorporação rápida de bens tecnologicamente mais avançados, gerou uma forte dependência tecnológica dos países centrais, que eram pagos por meio de exportações de produtos manufaturados de baixo coeficiente tecnológico, como também produtos agrícolas. No entanto, tais produtos não conseguiam gerar receitas necessárias para o pagamento dos empréstimos estrangeiros, como a manutenção de uma reserva internacional alta, agravando ainda mais os problemas financeiros do Estado e a dependência em relação à tecnologia estrangeira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica clara a importância de uma estratégia nacional que envolva tanto o Governo, como setor direcionador de desenvolvimento e coordenador de tal processo, as empresas nacionais, que sejam engajadas nos projetos que foram estabelecidos e a sociedade como setor responsável pelo fornecimento de mão de obra qualificada e cumpridora das estratégias estabelecidas.

O Brasil apresentou deficiência nos três quesitos do desenvolvimento, pois a estratégia adotada era de rápido crescimento econômico, com intuito de legitimar um governo autoritário e centralizador, não tendo um projeto nacional de desenvolvimento bem definido, deixando tal projeto para a grande empresa capitalista. As empresas nacionais não possuíam um papel central nesse processo, ficando a ela o papel de auxílio à grande indústria capitalista, tanto pela fragilidade financeira, como o não reconhecimento do papel desenvolvedor que poderiam desempenhar, além da falta de suporte do governo. A sociedade aparece como sendo uma parte não atuante, dado o regime autoritário, além da falta de reconhecimento do papel que poderiam exercer, tanto pela busca de produtos avançados e preterindo a indústria nacional em relação à indústria estrangeira mais moderna.

A Coréia do Sul apresentou um papel mais claro de estratégia nacional de desenvolvimento, em que o Governo traçou um objetivo claro de desenvolvimento nacional, na construção da grande empresa capitalista nacional. Com isso, o capital nacional apesar de fraco, contou com o suporte do Estado para aquisição de capital e tecnologia, além da preparação da mão de obra para o seu desenvolvimento, como do esforço do próprio empresariado em se adequar a competição internacional. A sociedade sul-coreana também colaborou dando uma mão de obra qualificada e doutrinada, que possuía o objetivo comum de desenvolver a nação, reconhecendo que era necessário um capital nacional forte para que o país se desenvolvesse, além de preterir a indústria estrangeira em relação à indústria nacional; fazendo o tripé para o desenvolvimento sul-coreano dar certo.

O processo de desenvolvimento sul-coreano tinha uma vantagem em relação ao brasileiro, no que tange as instituições, que na Coréia do Sul possuía a experiência japonesa, além de um conjunto de instituições, que graças à cultura e aprendizado conseguido por meio da ocupação nipônica, enraizou um conjunto de instituições e padrões, se tornando condicionante para o processo de desenvolvimento sul-coreano, já o Brasil apresentava deficiência nas suas instituições, não havendo instituições bem estruturadas, acarretando em

dificuldades, além de haver um projeto insuficiente para o desenvolvimento sustentado e contínuo, sendo influenciado por conjuntos sociais mais organizados.

Por meio dos estudos realizados do Brasil e da Coréia do Sul e seus planos concretizados, a realização de estratégias que envolvam a indústria, como fator impulsionador do desenvolvimento, para que se torne algo intrínseco na economia, deve ser feita por meio da industrialização nacional, mas que possa contar com o apoio inicial de tecnologia e capital estrangeiro, mas que não acabe incorrendo em desnacionalização da indústria. Desta forma, enraíza a produção tecnológica no país em processo de desenvolvimento.

A educação, nesse contexto, se apresenta como sendo a parte primordial para uma estratégia de desenvolvimento, pois cria condições para a realização de um aprendizado rápido de tecnologia. portanto a educação é o principal condicionante para o desenvolvimento de P&D, além de polos tecnológicos e formação de mão de obra qualificada para o trabalho nos setores que a demandarem. No entanto, tal educação tem que ser direcionada para o objetivo da nação, buscando a criação de capital humano qualificado e orientado para as áreas estratégicas do país.

A política de financiamento é uma estratégia importante para o país, pois ela norteará as áreas que receberam investimentos importantes, além de como se dará o pagamento das dívidas contraídas pelo financiamento. Sabendo direcionar as áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, racionalizando o dinheiro aplicado para que dele seja criado novas condições de financiamento.

A política externa deve ser uma área que entre na estratégia de desenvolvimento, uma vez que é no comércio exterior que se cria condições de gerar divisas para o financiamento do desenvolvimento no longo prazo sem deterioração dos termos de troca, como da balança de pagamentos, além da grande competitividade que existe no mercado externo, possibilitando o desenvolvimento competitivo dos fatores de produção nacional. Mas é preciso que nessa estratégia, sejam elaboradas políticas objetivas para a exportação, onde possibilite inicialmente uma estrutura competitiva alta, com subsídios do governo que depois se tornem desnecessários a medida que se ganhe competitividade com a junção das políticas educacionais, industriais e financeiras, gerando a longo prazo maiores ganhos para o país.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de P. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALDRIGHI, D. M. **Financiamento e desenvolvimento econômico**: teorias e a experiência coreana. São Paulo: IPE/USP, 1997. 362 p. (Ensaio econômico, EE-82).

BACHA, E. L. **Os mitos de uma década**: ensaios de economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 175 p. (Estudos brasileiros, v.9).

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 6. ed. aum. Rio de Janeiro: ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1985.

_____. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

_____. **A economia brasileira**: uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970; Uma abordagem profunda da economia brasileira até 2002; Os vários planos econômicos. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Nobel, 2004.

BOCCHI, J. I. (Org.). **Monografia para economia**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRAZIL-KOREA: an agenda for development. Brasília: IPEA, 2004;

BRITO, P. **Economia brasileira**: planos econômicos e políticas econômicas básicas. 2. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2004.

CANUTO, O. **Brasil e Coreia do Sul**: os (des) caminhos da industrialização tardia. São Paulo: Nobel, c1994.

_____. **A dimensão institucional do processo de crescimento econômico**: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17. n. 1 (32). Abr. 2008. p. 85-105.

CANUTO, O.; LEIPZIGER, D. **Ascent after decline**: regrowing global economies after the great recession. World Bank, 2012.

CANUTO, O.; FERREIRA J., MOUTRA, H de. **Coréia do Sul e Taiwan**: Notas sobre a política industrial. Revista de Economia Política, v. 10. n. 2 (38). abril-junho, 1990.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P.de. **A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950**: uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 39, n. 3. Jul, 2009. p. 478-518. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000300003&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CASTRO, A.C. **Brasil em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005-v.1 e 2.

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

DIAS, A.L. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. **Reflexões e ações para a internacionalização da pequena empresa brasileira**. Florianópolis, 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

FENELON, D. R. **50 textos de história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 243 p. (Os economistas).

HOBBSBAUM, E. **A era dos extremos**: O breve século XX. 2. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.

IPEADATA. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>, Acesso em: 7 jul. 2012.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. 507p. (As ilusões armadas ; v.2).

KIM, L. **Da imitação à inovação**: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia. Campinas: UNICAMP, 2005.

KUZNETS, P. Indicative Planning in Korea. **Journal of Comparative Economics** 14. 19 de abril, 1990. p. 657-676. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/014759679090046C>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

MALDANER, L.F. **O Desafio da inovação**: Brasil x Coréia do Sul. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.

MANTEGA, G.; MORAIS, M. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 2. ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MARQUES, E. **O milagre econômico da China**: paralelo entre o crescimento brasileiro e o chinês. São Paulo: Saint Paul, 2009.

MELLO, J. M.C.de. **O capitalismo tardio**: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, F.de. **A economia da dependência imperfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PEREIRA, L.C. B. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983**. 14a ed. atualizada. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Economia brasileira**: uma introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **O processo histórico do desenvolvimento econômico**. Ago 2007. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **Estratégia Nacional e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, v. 26, n. 2 (102). Abril-junho, 2006. p. 203-230.

_____. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 13 jan. 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, J.L; DELGADO, L.de A.N. **O Brasil republicano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 206-241 p.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano de 2010**: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano – Nova Iorque: Editora: Communications Development Incorporated, Washington D.C. 2010.

ROMANELLI, O.de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SINGER, P. **A crise do "milagre"**: interpretação crítica da economia brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, N. A.de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2. ed.ampl São Paulo: Atlas, 2008.

STATISTICS KOREA. Disponível em: <<http://kostat.go.kr/portal/english/index.action>>. Acesso em: 14 out. 2011.

TAVARES, M.da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 10.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

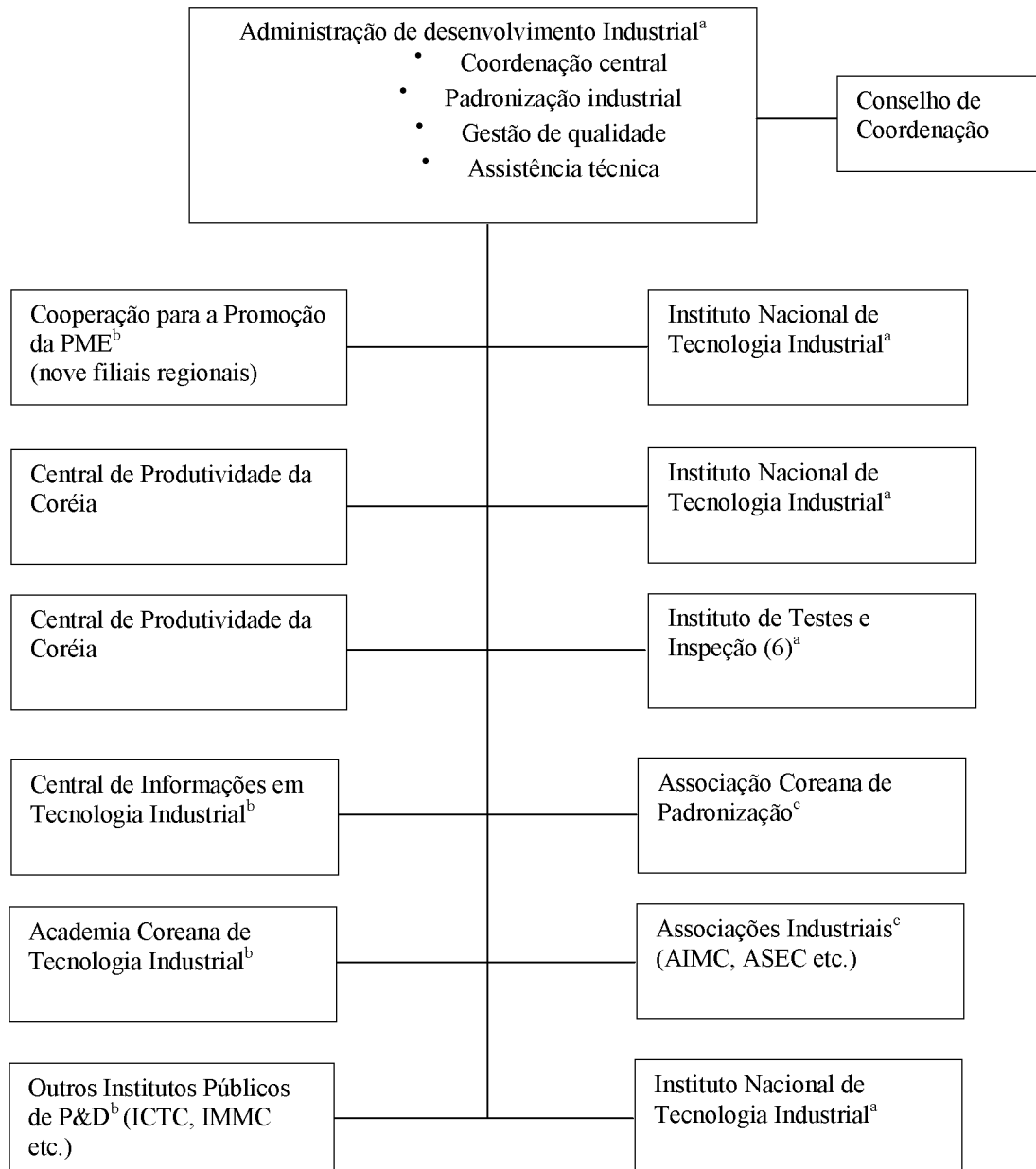
_____. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

WERNECK, D.F. F. **Emprego e salários na indústria de construção**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. 160p. (Relatórios de pesquisa; 40).

WORLD BANK DATA. Disponível em:
<<http://databank.worldbank.org/data/Views/VariableSelection/SelectVariables.aspx?source=World%20Development%20Indicators%20and%20Global%20Development%20Finance#>>
Acesso em: 27 mar. 2012.

ANEXO

FIGURA 1: O SISTEMA DE APOIO À DIFUSÃO TECNOLÓGICA



Notas: ^a Agências do governo.

^b Agências públicas patrocinadas pelo governo.

^c Agências privadas sem fins lucrativos.

Fonte: Kim (2005, p. 81).

FIGURA 2: ESTRATÉGIAS PARA FORNECEDORES DE TECNOLOGIA

		Capacidade de absorção dos destinatários	
		Alta	Baixa
Disposição dos fornecedores de transferir tecnologia para os destinatários por meio de mecanismos formais	Sim	Ocorre transferência de tecnologia. Fornecedores e destinatários ganham.	Ocorre transferência de tecnologia. Fornecedores ganham, mas destinatários tornam-se dependentes.
	Não	Ocorre transferência de tecnologia. Fornecedores perdem, mas destinatários ganham.	Não ocorre transferência de tecnologia. Nem fornecedores nem destinatários ganham.

Fonte: Kim (2005, p. 332).

TABELA 1: DADOS MACROECONÔMICOS DA CORÉIA DO SUL ENTRE 1962-1990 (% em relação ao PNB)

Ano	Consumo Total	Investimento Bruto	Exportação de bens e serviços não fatores	Importação de bens e serviços não fatores	Renda líquida recebida do exterior	Poupança Nacional ^a	Poupança Externa ^b
1963	91.13	18.11	4.78	15.84	0.6	8.87	9.23
1964	91.19	13.96	5.87	13.41	0.7	8.81	5.15
1965	92.42	15.01	8.44	15.75	0.99	7.58	7.43
1966	88.14	21.60	10.32	20.06	1.25	11.86	9.74
1967	88.60	21.94	11.32	21.78	1.72	11.40	10.54
1968	84.94	25.89	12.64	25.23	1.39	15.06	10.83
1969	81.21	28.86	13.96	25.15	1.16	18.79	10.07
1970	84.28	25.33	13.96	23.50	0.44	15.72	9.61
1971	85.42	25.13	15.32	25.69	-0.12	14.58	10.55
1972	83.46	22.22	19.72	24.43	-0.39	16.54	5.68
1973	77.21	25.69	29.34	32.35	-0.69	22.79	2.90
1974	80.11	31.65	27.60	38.86	-0.88	19.89	11.77
1975	83.15	27.49	28.37	35.16	-1.58	16.85	10.64
1976	77.84	25.66	32.18	33.44	-1.29	22.16	3.50
1977	74.06	28.98	32.05	32.65	-1.51	25.94	3.04
1978	72.15	33.50	30.11	33.59	-1.36	27.85	5.65
1979	72.97	36.61	28.37	35.16	-1.69	27.03	9.58
1980	78.84	32.85	35.22	42.92	-3.51	21.16	11.68
1981	79.40	30.74	38.09	43.31	-4.29	20.60	10.13
1982	78.21	29.82	35.97	38.66	-4.33	21.79	8.03
1983	73.85	29.75	36.86	37.34	-3.42	26.15	3.60
1984	72.01	30.91	37.28	37.15	-3.65	27.99	2.92
1985	71.73	30.32	35.78	34.47	-3.53	28.27	2.05
1986	68.09	29.23	39.77	33.52	-3.12	31.91	-2.68
1987	64.79	30.13	42.49	34.29	-2.27	35.21	-5.08
1988	62.55	31.06	40.48	32.14	-1.37	37.45	-6.39
1989	64.94	33.64	34.43	31.58	-0.85	35.06	-1.42
1990	64.26	37.21	31.18	31.75	-0.72	35.74	1.48

Notas: ^a A poupança nacional é calculada entre o PNB e os consumos privado e público.

^b A poupança externa é calculada como a diferença entre o investimento doméstico e a poupança nacional.

Fonte: Aldrighi (1997, p. 158).